



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

RAFAEL MORAES NOGUEIRA

INVESTIGANDO A EVASÃO DE ALUNOS DO PROEJA DO
COLÉGIO PEDRO II: UMA PERSPECTIVA DISCENTE

Rio de Janeiro
2026

RAFAEL MORAES NOGUEIRA

**INVESTIGANDO A EVASÃO DE ALUNOS DO PROEJA DO COLÉGIO PEDRO II:
UMA PERSPECTIVA DISCENTE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Professor Dr. Ricardo Fagundes Freitas da Cunha

Rio de Janeiro

2026

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

N778 Nogueira, Rafael Moraes

Investigando a evasão de alunos do PROEJA do Colégio Pedro II :
uma perspectiva discente / Rafael Moraes Nogueira. - Rio de Janeiro,
2026.

70 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Ricardo Fagundes Freitas da Cunha.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Educação
de jovens e adultos (EJA). 4. Evasão Escolar. I. Cunha, Ricardo
Fagundes Freitas da. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 378.013

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



RAFAEL MORAES NOGUEIRA

INVESTIGANDO A EVASÃO DE ALUNOS DO PROEJA DO COLÉGIO PEDRO II:
UMA PERSPECTIVA DISCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 07 de julho de 2026

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Fagundes Freitas da Cunha
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Robson Costa de Castro
Colégio Pedro II

Profa. Dra. Laís Rodrigues da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2026

Dedico este trabalho à minha família, cujo incentivo foi essencial em cada passo da minha trajetória para me tornar uma pessoa melhor

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo apoio, incentivo e compreensão ao longo de toda esta trajetória.

Aos meus amigos, que estiveram presentes nos momentos de dificuldade e contribuíram com palavras de encorajamento e afeto.

Agradeço imensamente ao meu orientador Ricardo Fagundes Freitas da Cunha e aos demais professores do curso, em especial o professor Rogério de Castro. A todos eles, sem exceção, expresso minha gratidão pelos ensinamentos, pela paciência, pela escuta e pelas contribuições fundamentais para a construção desta pesquisa.

Aos colegas de curso, pela convivência, pelas trocas de experiências e pelo companheirismo durante essa caminhada, especialmente à querida amiga Maria Célia de Chagas, pelo apoio constante e pelas trocas enriquecedoras.

Registro também minha sincera gratidão aos egressos do PROEJA que aceitaram participar desta pesquisa, compartilhando suas trajetórias e experiências de vida. Suas contribuições foram essenciais para este trabalho e foram, sem dúvidas, lições de vida para mim.

E, por fim, a todos que contribuíram que eu concluísse esta etapa tão importante.

Apesar de você, amanhã há de ser outro
dia... (Chico Buarque, 1978)

RESUMO

NOGUEIRA, Rafael Moraes. **Investigando a evasão de alunos do PROEJA do Colégio Pedro II: uma perspectiva discente**. 2026. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2026.

A garantia do direito universal à educação tem enfrentado, no Brasil, diversos obstáculos. A educação de jovens e adultos, que visa ofertar uma nova chance para aqueles que não puderam concluir os estudos na idade regular, por exemplo, tem lidado com altos índices de evasão escolar, prejudicando a inclusão, a formação e o êxito dos estudantes. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, criado pelo Decreto 5.478/05, nasceu com o intuito de integrar a educação profissional e tecnológica ao ensino regular para jovens e adultos e sua alta evasão escolar denota algumas especificidades quando comparada ao ensino regular. A presente pesquisa, um estudo de caso, buscou contribuir para o mapeamento das causas de evasão escolar dos estudantes do PROEJA do Colégio Pedro II no *Campus* Tijuca II e, para isso, através de uma abordagem qualitativa, fez uma análise exploratória de dados construídos através de levantamento bibliográfico de dissertações e de artigos que trataram do tema da evasão de 2019 a 2024 e de entrevistas estruturadas com egressos do PROEJA do período de 2017 a 2024 do *campus* mencionado. Desta maneira, a pesquisa elaborou, como produto educacional, uma ficha a ser preenchida pelos discentes, ao trancar ou cancelar a matrícula, com o intuito de ter acesso aos motivos que os levaram a evadir do programa.

Palavras-chave: Evasão Escolar; PROEJA; Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; PROFEPT

ABSTRACT

NOGUEIRA, Rafael Moraes. **Investigating the reasons behind school truancy concerning PROEJA students at Colégio Pedro II: a student perspective. 2026.** Dissertation (Professional Master's Degree in Vocational and Technological Education) – Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

The realization of the universal right to education faces several obstacles in Brazil. For instance, adult and youth education, which aims to offer a new opportunity to those who do not have regular access to education, struggles with high truancy rates, which hinders inclusion in education and the achievement of educational goals. The PROEJA course, created by Decree 5.478/05, was designed to integrate vocational and technological education into regular school curriculum aimed at adults and young adults. This case study sought to contribute to the mapping of the causes of school dropout among students enrolled in the PROEJA program at Colégio Pedro II, *Campus Tijuca II*. To achieve its objectives, it used a qualitative approach to conduct an exploratory data analysis consisting of a bibliographic review of dissertations and articles dealing with the issue of school dropout from 2019 to 2024, as well as structured interviews with PROEJA dropouts from 2017 to 2024 from the aforementioned location. Thus, the research developed, as an educational product, a form to be completed by students upon suspension or cancellation of enrollment, aimed at identifying the reasons that led them to withdraw from the program.

KEYWORDS: School Truancy; School Dropout; PROEJA; Adult and Youth Education; Vocational and Technological Education; PROFEPT

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contexto do Estudo.....	15
1.2 Objetivo Geral.....	17
1.3 Objetivos Específicos.....	17
1.4 Problema de Pesquisa.....	18
1.5 Hipóteses.....	18
1.6 Justificativa.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO – BASES CONCEITUAIS EM EPT.....	20
2.1 A Educação Profissional e Tecnológica e a Educação de Jovens e Adultos.....	20
2.1.1 Um breve histórico da educação de jovens e adultos.....	28
2.2 Evasão escolar: conceito e causas mais comuns.....	35
3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	37
3.1 Caracterização da pesquisa.....	37
3.2 Local da pesquisa.....	38
3.3 Sujeitos da pesquisa.....	38
3.4 Critérios éticos.....	38
3.5 Instrumentos da pesquisa.....	39
4 RESULTADOS Erro! Indicador não definido.	
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	53
6 CONCLUSÕES.....	58
Referências bibliográficas.....	60
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTES EVADIDOS(AS).....	66
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	68
APÊNDICE C : FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	70

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto do Estudo

O direito à educação, preconizado pelo Artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem encontrado diversos entraves na realidade brasileira. Pode-se tomar, como exemplo, os jovens, adultos e idosos que têm sido “privados dos bens simbólicos que a escolarização deveria garantir. Que milhões estão à margem desse direito” e, conseqüentemente, o “analfabetismo e os baixos índices de escolarização da população jovem e adulta popular são um gravíssimo indicador de estarmos longe da garantia universal do direito à educação” de acordo com Arroyo (2005, p.23). O autor ainda salienta que a educação figura entre os demais direitos dos quais os setores populares são alijados. A trajetória desses sujeitos é marcada pela privação de direitos básicos, como alimentação, moradia, trabalho, afeto e condições dignas de sobrevivência.

Ao se pensar em políticas públicas de reparação histórica para aqueles privados desses direitos básicos, percebe-se a necessidade de reconhecer o protagonismo desses jovens e adultos e, de início, compreender quem são eles de fato. Definir esses sujeitos de maneira simplificada pode desconsiderar a complexidade das suas realidades. Nesse sentido, Arroyo (2005, p.24) reconhece que a visibilidade e o protagonismo desses jovens e adultos “não vêm apenas das lacunas escolares, das trajetórias escolares truncadas, mas vêm das múltiplas lacunas a que a sociedade os condena.” Muito dessa visibilidade vem da vulnerabilidade experienciada por sujeitos vítimas de desemprego, violência e demais formas de exclusão social. É possível pensar num olhar mais abrangente desses jovens e adultos, entender que eles carregam uma diversidade de experiências e saberes. Se a sociedade tiver o olhar reducionista de os vir apenas como uma ameaça, como jovens carentes “de valores e condutas”, as políticas da EJA terão um caráter preventivo. É preciso, ainda segundo o autor, sair “dessa configuração supletiva, preventiva e moralizante” que por tanto tempo caracterizou a educação de jovens e adultos e passar a entendê-los como “sujeitos de direitos e sujeitos de deveres do Estado.”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) no Art. 1º, ao falar sobre o processo de educação, enuncia que este “abrange os processos formativos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” E no § 2º reitera que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” Pensar trabalho e educação é pensar o ser humano em seu caráter ontológico. A existência do ser humano não é assegurada pela natureza. É um produto do trabalho. O ser humano se desenvolve e se constitui por meio do trabalho. Ele se produz através de um processo formativo, ou seja, educativo (Saviani, 2007). Conforme defendido por Castilho (2007, apud de Oliveira e Ferreira, 2020, p.168) trabalho é “uma fonte de aquisição de conhecimentos e de formação de valores e condutas, influenciando na constituição do sujeito enquanto cidadão e ser sócio-histórico-cultural.”

O Proeja, desde sua criação pelo Decreto nº 5.478/05, buscou ser uma política integrativa da educação profissional técnica com o ensino regular e tem, entre seus princípios norteadores, o objetivo de fomentar a formação omnilateral de jovens e adultos que não concluíram os estudos em idade regular. O Proeja em seu documento base reafirma a importância de se contemplar a melhoria da escolaridade aliada à profissionalização “no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade.” (BRASIL, 2007, p.13). O documento também explicita que:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (BRASIL, 2007, p.11)

A promessa de oportunizar a educação profissional e tecnológica para esse público encontra algumas dificuldades. Há de se pensar seriamente se o currículo do programa atende às reais necessidades desses sujeitos, especialmente quando se pensa em sua prática laboral. A maioria desses discentes já trabalham e, para sobreviver, o fazem em mais de um lugar, com vínculo precário. Esta dura realidade

faz com que seja difícil conciliar estudo e trabalho, gerando a evasão escolar de muitos desses alunos. Outro fator relevante que pode acelerar esse abandono dos cursos técnicos é a falta de conhecimentos prévios, fazendo com que muitos desses alunos não consigam acompanhar os conteúdos ministrados (Pereira, 2022). A evasão escolar é um resultado de fatores internos e externos à escola e é preciso aprofundar a questão se o objetivo é realmente entender suas causas.

Dentre os fatores internos, encontramos a questão da escola não-atrativa: de currículos desatualizados, da falta de apresentação do perfil do curso e de sua importância para o mercado, da falta de apresentação da demanda em empregabilidade na área do aluno, da falta de ações pedagógicas em disciplinas com altas taxas de retenção, da falta de apresentação coerente dos critérios e do sistema de avaliação do desempenho do aluno, da falta de formação didático pedagógica dos professores, de professor desmotivado, de poucas visitas técnicas, de pouca ou nenhuma aula prática, de pouca divulgação de vagas de estágio, da falta de parcerias e convênios com empresas para o estímulo da aprendizagem contextualizada. (Araújo, 2012, apud Pereira, 2022, p.49).

O acesso direto às experiências desses egressos proporcionou à presente pesquisa um relato mais fidedigno sobre as causas que culminaram em sua evasão. Essa construção de dados se deu através de entrevistas estruturadas com egressos do PROEJA do Colégio Pedro II. Essa escuta ativa foi útil para desenvolver um documento com intervenções pedagógicas que ajudem a mitigar a evasão escolar no PROEJA.

Os discentes jovens, adultos e idosos, como já se sabe, vêm de jornadas diversificadas e precisam ter seu direito à educação integral contemplado, e para eles a presente pesquisa intencionou dar voz e protagonismo, respeitando seus saberes e trajetórias de vida.

1.2 Objetivo Geral

Contribuir para o mapeamento das causas de evasão escolar dos estudantes do PROEJA do *Campus Tijuca II*.

1.3 Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico sobre os motivos da evasão escolar no PROEJA dos Institutos Federais, no período de 2019 a 2024.

- Investigar os motivos da evasão escolar de estudantes do PROEJA do Colégio Pedro II – *Campus* Tijuca II, por meio de entrevistas estruturadas.
- Elaborar um documento destinado à produção de dados institucionais sobre a evasão escolar no PROEJA.

1.4 Problema de Pesquisa

Quais são as causas de evasão escolar de um grupo de estudantes do PROEJA do Colégio Pedro II – *Campus* Tijuca II e de que forma seu mapeamento pode colaborar com a elaboração de um documento para a produção de dados institucionais sobre esse fenômeno?

1.5 Hipóteses

A primeira hipótese desse estudo aponta para o fato de que os estudantes do turno da noite possuem pouco senso de pertencimento à instituição e isso se dá por uma combinação de duas causas: são alunos que recém voltaram a frequentar aulas, após anos sem conexão com qualquer instituição de ensino, principalmente com o Colégio Pedro II. Soma-se a isso, o local, que pode parecer estranho e pouco convidativo a esse grupo que retorna. À noite o colégio fica mais “abandonado”, com menos alunos, funcionários e atividades culturais, tornando-o menos acolhedor e sem a sensação de estar em uma escola com tudo aquilo que ela pode oferecer.

Paralelamente, a segunda hipótese sugere que a defasagem na aprendizagem, decorrente de trajetórias escolares interrompidas e longos períodos de afastamento da escola, dificulta o acompanhamento dos conteúdos ministrados em aula e favorece a evasão escolar. Uma das estratégias para se combater esse fator de evasão são as oficinas de monitoria.

A terceira hipótese aponta para a possibilidade de haver uma intervenção conjunta entre agentes educacionais como psicólogos e profissionais de serviço social para promover reuniões e/ou rodas de conversa com os alunos do PROEJA. Algumas

questões particulares podem levar ao abandono do curso e oferecer um momento de escuta e acolhimento pode ser crucial para a permanência no programa.

Por fim, na quarta hipótese, o Colégio Pedro II poderia incorporar em sua rotina administrativa um questionário em que fossem perguntados aos alunos evadidos os motivos que os levaram a tomar essa decisão. Isto seria possivelmente uma estratégia para ter acesso a informações valiosas que ensejariam ações institucionais para lidar com o problema investigado.

1.6 Justificativa

O Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi criado como uma política de inclusão e reparação para aqueles que não puderam concluir o ensino fundamental ou o ensino médio em sua idade habitual. Frente aos desafios e injustiças enfrentados diariamente pela população negra, pobre e periférica do Brasil como o racismo estrutural, desemprego, violência, insegurança alimentar, a educação, em muitos casos, é a única chance de acesso aos direitos que sempre lhes foram historicamente negados.

A Constituição Federal de 1988 no Artigo 205 certifica a educação como um direito de todos, a LDB (9394/96) no Artigo 37§1º assegura gratuitamente a jovens e adultos que não puderam concluir os “estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.” Entretanto, a democratização do ensino só se completa quando, além da inclusão, se oportuniza a permanência e o êxito escolar.

Apesar de esses mecanismos legais garantirem e promoverem o direito à educação e ofertas educacionais adequadas para a população jovem e adulta, o problema de assegurar a permanência desses sujeitos no ambiente escolar ainda persiste. A questão da evasão escolar é uma das dificuldades mais críticas para a plena democratização da educação; por isso, é necessário investigar as razões que impossibilitam o sucesso acadêmico dos estudantes no contexto do PROEJA. A evasão é um problema multifatorial e entender a perspectiva dos discentes é vital para

mitigar o problema. Há fatores de ordem social, econômica e pedagógica que contribuem para a evasão.

Os motivos regularmente citados por alunos do PROEJA como causadores da evasão têm sido: a dificuldade de conciliar trabalho e escola por questões de carga horária, insatisfação com os cursos ministrados que não atendiam às demandas dos estudantes, despreparo do corpo docente, com ausências, excesso de cobrança, defasagem na aprendizagem, transporte/distância, questões particulares (Oliveira, Carmo, 2021).

Assim sendo, a presente pesquisa, por meio de entrevistas estruturadas, buscou compreender quais são as causas mais frequentes que resultam na evasão dos discentes do PROEJA dos *Campus* Tijuca II para que seja possível pensar quais ações serão possíveis de se executar para lidar com esse problema. Com os dados construídos, com levantamento bibliográfico (além das entrevistas), foi viável elencar possíveis intervenções.

É de suma importância pensar em novas formas para lidar com a evasão escolar. Para que haja a democratização do ensino, é necessário pensar em diversos meios para ofertá-lo com qualidade e constância para as classes populares, já que estas historicamente se veem alijadas da plena fruição dos seus direitos fundamentais. Pensar numa concepção democrática da educação é ofertar aos trabalhadores um modelo de “educação integral, omnilateral, que abranja todos os campos do saber e rompa com a tradição burguesa de reservar a eles o ensino profissionalizante ou uma formação escolar aligeirada, insossa, insignificante e inofensiva” como propôs Gramsci (2006, apud Silveira, 2021, p.15).

2 REFERENCIAL TEÓRICO – BASES CONCEITUAIS EM EPT

2.1 A Educação Profissional e Tecnológica e a Educação de Jovens e Adultos

Antes de 1500, entre três e cinco milhões de povos indígenas habitavam o território brasileiro. Era algo em torno de três centenas de nações indígenas e quase uma dezena de etnias precariamente identificadas pelos primeiros colonizadores. De

acordo com registros paleontológicos, eles já viviam aqui há milênios. Não há como começar a falar de educação profissional sem denunciar a invisibilidade praticada pelos europeus da rica contribuição dos povos originários (Cordão, de Moraes, 2017).

Os povos indígenas que habitavam o Brasil antes da invasão portuguesa já se organizavam de maneira que as práticas educativas e o trabalho se fundiam (características que até hoje persistem). Nas tribos, aprendia-se através da observação e participação direta nas atividades comuns ao cotidiano indígena (caça, pesca, plantio, colheita, construção e confecção de objetos). Os mais jovens observavam os mais velhos, que os ensinavam, e, assim, repetiam e aprendiam. Os povos indígenas foram os primeiros educadores de artes e ofícios. Sua sabedoria na tecelagem, cerâmica, adornos, artefatos de guerra, construção de casas, técnicas de cultivo de terra, medicamentos foi praticada e ensinada por gerações (Manfredi, 2002).

Cordão e de Moraes (2017) trazem outro fato que não se pode deixar de mencionar que é a construção do misterioso caminho do Peabiru, também conhecido como “trilha dos tupiniquins”. Esse caminho tem passagens em algumas nações sul-americanas, o que possibilitou “intercâmbio das várias culturas indígenas no continente”, viabilizou trocas comerciais e descoberta de riquezas. Há diversas teorias que tentam explicar sua construção, mas os estudiosos são unânimes em relatar que ele exigiu um trabalho incrível de engenharia, com respeito ambiental e independente de quem o tenha inspirado “desenvolveu um eficaz projeto de educação profissional” para todos os que trabalharam em sua construção.

Os jesuítas chegaram ao Brasil com Tomé de Sousa em 1549 e fundaram as primeiras “escolas de ler e escrever” com intuito de catequizar os povos indígenas. Contudo, em 1759, foram expulsos pelo Marquês de Pombal com a anuência do rei d. José I. Isso provocou uma “desintegração da instrução pública no Brasil”, causando um impacto direto no “esforço incipiente de educação profissional, representado pelo ensino de trabalhos manuais” (Cordão, de Moraes, p. 37, 2017).

A herança deixada pela escravização dos africanos, que perdurou mais de três séculos no Brasil, serviu para reforçar a distância entre o trabalho manual (relativo ao *tripalium*, antigo objeto de tortura) e o trabalho intelectual, criando uma clara distinção

entre os que detêm o poder e o saber e os que realizam tarefas manuais. (Cordão, de Moraes, 2017).

Os demais indícios do que se concebe como a educação profissional no Brasil se deram a partir de 1809, com a fundação do Colégio das Fábricas pelo então Príncipe Regente D. João VI. No decorrer do século XIX, várias instituições foram criadas “para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados” (Ramos, 2014, p.24).

De início, um projeto assistencialista, tornou-se, no século XX, uma iniciativa para preparar operários para o ensino profissional. Em 1909, através do Decreto nº 7.566, o Presidente Nilo Peçanha instituiu dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas à população mais pobre com o intuito de fomentar empreendimentos no âmbito da agricultura e da indústria. É importante salientar que a educação profissional, na perspectiva deste decreto (referência preliminar do ensino profissional), ocorria “mais no plano assistencial do que em um programa propriamente educacional” (De Castro, Plácido e Medeiros, p.523, 2023).

Foi na Era Vargas, com a Lei 378 de 1937, que a educação profissional passa a ter aspectos mais educativos. As Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais. No período do Estado Novo, a Reforma Capanema determinou que se igualasse o ensino profissional e técnico ao nível médio com as Escolas Industriais e Técnicas (De Castro, Plácido e Medeiros, 2023).

No entanto, é importante frisar que a Reforma Capanema foi parte de uma política educacional autoritária de inspiração fascista (reforma de Gentile, na Itália). As leis orgânicas que vieram com a reforma redefiniram os currículos e os cursos, buscando articular as políticas públicas com os interesses dos setores empresariais privados em oposição aos interesses das camadas populares. A educação era marcada pela distinção das classes sociais. O objetivo era formar uma força de trabalho que auxiliasse a realização do incipiente projeto de industrialização desse período (Manfredi, 2002).

Por outro lado, quando se pensa num viés mais democrático, é oportuno registrar que, nas primeiras duas décadas do século XX, no contexto da sociedade

civil, houve iniciativas de educação profissional diferentes do que foi proposto pelos setores dominantes (projetos estatais e eclesiásticos).

O movimento operário, através de grupos anarcossindicalistas, fomentou e experienciou propostas educacionais de caráter libertário. A ideia desses grupos era ter uma educação que formasse mentes revolucionárias, conscientes, pautadas pelas ciências modernas e “pela coeducação e pelo questionamento de qualquer forma de opressão e cerceamento de liberdade” (Manfredi, 2022, p. 60).

Tudo acontecia no contexto dos sindicatos, na época chamados de uniões (do inglês *unions*). O público-alvo era os trabalhadores e seus familiares, e a prática educativa era combinada com ações através de “conferências, palestras e estudos promovidos pelas uniões sindicais e/ou mediante a organização dos Centros de Estudos” (Manfredi, 2022, p. 60).

Alguns exemplos dos cursos ministrados eram: curso de corte e desenho, pela União dos Alfaiates, RJ; curso de novas técnicas, trazendo estudos de cálculo pela União dos Trabalhadores gráficos, RJ; cursos de línguas e contabilidade pela Associação dos Funcionários de Banco do Estado de São Paulo (Manfredi, 2022).

O sindicalismo oficial, surgido durante o Estado Novo, fez com que essas iniciativas autônomas dos sindicatos arrefecessem, mas não impediu que alguns trabalhadores promovessem novas experiências de educação profissional, embora o conteúdo e a natureza dos cursos tivessem mudado (Manfredi, 2022).

Na década de 1950, no governo de Juscelino Kubistchek, fez-se um direcionamento do desenvolvimento industrial e tecnológico para que este atendesse às exigências do capital estrangeiro, em detrimento de um projeto autônomo brasileiro (Ramos, 2014). As EIT's, sob essa nova égide, viram ETF's, Escolas Técnicas Federais.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, foi feita uma plena equivalência entre o ensino profissional e o acadêmico. Ou seja, “todos os ramos e modalidades de ensino passaram a ser equivalentes, para fins de continuidade de estudo” (Cordão, de Moraes, 2017, p.73).

Em 1964, com o início do regime militar, tornou-se impossível “organizar reivindicações por salários, o que produziu arrochos salariais, consolidando dessa forma uma superexploração do trabalho, aumentando as taxas de lucros do capital” (De Castro, Plácido e Medeiros, p.528, 2013), o que por sua vez possibilitou o reinvestimento na economia. Esta superacumulação de capital, às custas da exploração do trabalho, fez com que houvesse o aumento da exigência de mão de obra qualificada. Como consequência, o ensino técnico e profissional, na década de 1970, se expandiu, e paralelo a isso, o acesso ao ensino superior foi dificultado com a inserção do vestibular. No mesmo período, houve a abertura para investimento no ensino superior pela iniciativa privada. No final desta década, os Centros Federais de Educação tecnológica (CEFETs) foram criados com o intuito de formar engenheiros e tecnólogos (de Castro, Plácido e Medeiros, 2023).

Um outro retrocesso do regime militar se deu através da Lei 5.692/1971 que tornou obrigatória a integração do ensino profissional ao ensino secundário. Com isso, a oferta de educação profissional também passou a acontecer nas instituições de ensino público e privado, que naquele momento estavam em processo de deterioração de ensino de segundo grau, o que afetou a qualidade da oferta de ensino profissional no Brasil. Só em 1982, com a Lei 7.044, essa obrigatoriedade deixou de existir (Cordão, de Moraes, 2017).

Na década de 1990, o modelo neoliberal foi introduzido no Brasil, reestruturando a produção. Houve uma significativa inserção de organizações do setor privado, na educação, atuando no país, cujo objetivo era fomentar a submissão aos “ditames do Consenso de Washington e aos conselhos de agências multilaterais (Banco Mundial) acerca das ações que deveriam ser desencadeadas nas instituições de ensino nacionais para conseguirem financiamentos internacionais”, evidenciando “novas estratégias políticas dos países do centro do capitalismo nas relações com os chamados países em desenvolvimento” (De Castro, Plácido e Medeiros, p.528, 2023).

A eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tomou posse em 1995, trouxe mudanças para a educação profissional no Brasil. Seguindo os preceitos do Banco Mundial, o governo FHC criticou o custo da educação profissional de ensino médio e alegou que, em um país onde o nível de escolaridade era deficitário, seria

prudente investir na população com menor escolaridade, oferecendo cursos profissionalizantes mais básicos (Ramos, 2014).

Assim sendo, as escolas técnicas pararam de ministrar o ensino médio profissionalizante, para “oferecer cursos técnicos concomitantes ou sequenciais a esses. A formação destinada a trabalhadores com baixo nível de escolaridade passou a ser compartilhada pelos Ministérios da educação e do Trabalho” (Ramos, 2014, p.47). No entanto, as ações desses ministérios “mantiveram-se desarticuladas entre si, em relação à educação básica e a políticas de geração de trabalho, emprego e renda” (Ramos, 2014, p.47).

As iniciativas do governo FHC, portanto, foram no sentido de retirar a obrigatoriedade do Estado em relação à EPT e transformá-la em uma parceria entre governos e sociedade civil, em que o fomento público ficasse limitado ao investimento em infraestrutura (Ramos, 2014).

Nesta mesma gestão, a LDB (ainda vigente) foi promulgada em 1996, trazendo avanços e retrocessos. A lei foi corroborada pelos art. 205 e art. 227 da CF que trazem a importância da educação profissional “na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão, o direito à educação e o direito ao trabalho” (Cordão, de Moraes, 2017, p. 74).

Esta nova LDB trouxe três marcos conceituais:

- O significado da educação se estendeu para além da escola.
- Ampliou-se a concepção de educação básica, incluindo o ensino médio.
- O ensino médio é entendido como a etapa final da educação básica. Nele, há um aprofundamento e uma consolidação dos conhecimentos construídos no ensino fundamental, propiciando a continuação na vida acadêmica e a inserção no mundo do trabalho (Ramos, 2014).

Com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, havia uma expectativa de mudanças estruturais no sistema educacional em conformidade com os direitos assegurados pela CF de 1988. Houve de fato uma reorientação no sentido

de valorizar a educação profissional no país, mas as expectativas não se realizaram por completo (Ramos, 2014).

O Ministério da Educação abriu diálogos com a sociedade civil, resgatou as experiências institucionais, revisou as contribuições acadêmicas e buscou fazer as correções devidas no campo legislativo. Todo esse percurso ficou registrado no documento Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica (Ramos, 2014).

O Decreto nº 2.208/97 foi revogado em 2004, possibilitando a integração curricular dos ensinos médio e técnico de acordo com o prescrito pela LDB. Com o novo decreto, os recursos do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) foram redirecionados para o segmento público, também houve um resgate dos princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica. Entre as demais ações, podem se destacar: a educação profissional integrada à educação nacional, definição dos órgãos responsáveis pelo financiamento da educação profissional e também a normatização do nível básico da EPT (Ramos, 2014).

Com a revogação do Decreto nº 2.208/97, esperava-se que houvesse uma mobilização da sociedade civil com o propósito de se reconstruir os princípios fundamentais da formação de trabalhadores para integrar ainda mais os sistemas de ensino básico e profissional. A mobilização não se deu como o esperado, culminando numa fragmentação entre esses sistemas. As próprias ações do Ministério da Educação não colaboraram para a mudança esperada como, por exemplo, o Programa Escola de Fábrica, que ficou restrito à EPT. Também é importante citar a reestruturação do MEC que “colocou a política de ensino médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da política de educação profissional” (Ramos, 2014, p.74).

Em 2008, foram criados os IFs (Institutos Técnicos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia). Os IFs foram criados pela Lei 11.892/2008 e o Artigo 2º assegura que:

são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, cap. I).

Os Institutos Federais nasceram com o intuito de oportunizar uma educação de qualidade em várias modalidades da educação profissional e tecnológica de maneira justa e igualitária. O desafio tem sido grande, uma vez que o Brasil é um país de dimensões continentais e está entre os mais populosos do planeta. A educação depende de políticas públicas, que demandam investimento e quase sempre a educação é posta em segundo plano pelos governos. É preciso também investir numa conexão maior entre educação profissional e o mundo do trabalho. Os alunos formados pelos Institutos Federais precisam ter uma melhor perspectiva de vagas nos setores em que são graduados, oportunidades de crescimento na carreira e formação continuada. Já que o ser humano se torna humano através do trabalho, é preciso dar oportunidades a todos para viver uma vida com dignidade.

Segundo análise do professor Eliezer Pacheco (ex-secretário de governo e um dos criadores dos IFs), os governos que vieram, após os dois presidentes eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (Lula da Silva e Dilma Rousseff), como Michel Temer e, principalmente, Jair Bolsonaro, implementaram ações no campo da educação com o objetivo de “sucatear” o ensino público com a finalidade de facilitar a privatização (Paz, 2019).

O projeto Future-se, proposto durante a gestão de Bolsonaro, prometia “autonomia administrativa” às universidades e aos institutos federais. A proposta consistia em que as universidades e os institutos captassem seus próprios recursos, abrindo a possibilidade de estabelecer contratos com empresas privadas e com organizações sociais. Isso, segundo seus idealizadores, faria com que o ensino público se tornasse um negócio altamente lucrativo. A real intenção por trás dessa iniciativa seria paulatinamente desobrigar o poder público de gerir financeiramente a educação, abrindo suas portas para a privatização (Basilio, 2019).

Este modelo privatista de gerir a educação pública e colocá-la na lógica de mercado afeta o acesso público, irrestrito e gratuito a uma educação de qualidade que traz valores culturais e sociais que não podem ser monetarizados (Basilio, 2019).

O professor Eliezer Pacheco participou do processo, no Ministério da Educação, que fez a transição do governo Bolsonaro para o atual governo de Lula da Silva e observou que o que houve foi uma desestruturação total do MEC feita por um

governo declaradamente inimigo da educação. O MEC, por exemplo, tinha vários gestores que foram escolhidos por indicação de pastores, sem a qualificação devida para trabalhar num ministério tão importante para o país (Barreto, 2022).

Houve também, de acordo com Pacheco, desvios de verbas da educação para as Forças Armadas, o que não se justifica pois o Brasil não estava em guerra. Isto resultou em menos recursos para a educação infantil e para a EJA, que tiveram expressivas perdas monetárias para sua gestão. As primeiras ações do atual governo foram no sentido viabilizar e reestabelecer as entidades ligadas à educação como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) (Barreto, 2022).

O campo da educação tem sido sempre um território de disputas. Para se oferecer um ensino público de qualidade é necessário lutar contra a lógica de uma educação ofertada para a elite e outra para a classe trabalhadora que tem perdurado durante séculos no Brasil. Mesmo com vasto amparo legal que assegure a todos, sem distinção, uma educação de qualidade, é preciso estar atento e cobrar do poder público políticas que viabilizem a educação em todos os níveis.

2.1.1 Um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos

No período colonial, como mencionado no capítulo anterior, a educação no Brasil era dada pelos jesuítas e consistia em ensinar os preceitos religiosos, os ofícios necessários para o funcionamento da vida colonial e regras de comportamento para os indígenas, primeiramente, e, depois, os africanos escravizados. Os jesuítas são expulsos em 1759 e, no Império, com a Constituição de 1824, a “instrução primária e gratuita” é garantida para os cidadãos (a elite econômica). Não havia uma sistematização de ensino própria para jovens e adultos. Como consequência, no final do Império, o índice de analfabetismo de brasileiros, com mais de 5 anos, chegava a 82 % da população (Nascimento, 2009).

Com a República e a Constituição de 1891, dividiu-se a responsabilidade do papel da União e dos estados e municípios na oferta do ensino básico. À União, coube cuidar do ensino secundário e superior, mais uma vez, favorecendo as elites e prejudicando a população carente. Inclusive, porque esta mesma Constituição suprimia dos adultos analfabetos, maioria da população, o direito ao voto. Com 30

anos de República, o analfabetismo atingia 72% da população. No fim da primeira República, a incipiente industrialização e a crescente urbanização do país trouxeram mudanças sociais e uma preocupação com esses altos índices de brasileiros iletrados. Como resultado, no início do século XX, o Brasil amargava uma das maiores taxas de analfabetismo do mundo (Nascimento, 2009).

A partir dos anos 1920, o analfabetismo passou a ser encarado como uma “chaga social”, um “mal nacional” e os movimentos civis impulsionaram as primeiras reformas educacionais em vários estados. A Constituição de 1934 reconheceu a educação como um direito de todos (Lima, Melo, 2019).

Na Era Vargas (1930-1945), a educação de adultos passou a ganhar relevância ao se pensar na importância da melhora do nível de escolaridade da população. As ações do governo ficaram restritas à etapa da alfabetização, carecendo de medidas mais acentuadas que promovessem mudanças significativas na educação de jovens e adultos (Lima, Melo, 2019).

Na década de 1940, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) é criado com o objetivo de formar mão de obra qualificada para atender à crescente indústria brasileira, com o intuito de favorecer a elite econômica do país e assim a educação de adultos fica atrelada à educação profissional (Lima, Melo, 2019).

Em 1947, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) é lançada no Brasil, sendo a primeira grande ação de caráter nacional para enfrentar o analfabetismo. Houve, nesse caso, uma influência de diversas campanhas internacionais surgidas no pós-guerra que chamavam a atenção da necessidade de se expandir a educação para jovens e adultos cuja vida escolar estava defasada em relação à idade e à série (Lima, Melo, 2019).

A CEAA trouxe as primeiras ações no sentido de se criar uma infraestrutura própria nos estados e nos municípios para a educação de jovens e adultos, como material didático específico, cursos supletivos. No entanto, teve seus revezes com a mudança de governo, trazendo falta de verbas e tornando o projeto dependente da ação do voluntariado (Lima, Melo, 2019).

Desde 1949, com o objetivo de promover e incentivar a EJA, ocorreram as Conferências Internacionais de Educação de Adultos (Confitea). A primeira foi realizada na Dinamarca, a sexta foi realizada em Belém-PA, em 2009, no Brasil e, a mais recente, em 2022, no Marrocos. Esse evento tornou-se um dos mais importantes fóruns para se discutir e fomentar as políticas de educação de adultos. Um dos trechos

da Declaração de Hamburgo, elaborada pela quinta Confitea, em 1997, diz que a EJA é mais que um direito:

é a chave para o século XXI. É tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. É um poderoso conceito para promoção do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A aprendizagem de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A aprendizagem ao longo da vida implica repensar um conteúdo que reflita certos fatores, como idade, gênero, deficiências, idioma, cultura e disparidades econômicas (UNESCO/CONFITEA *apud* Alves *et al.*, 2020, p.74).

Em 1958 (três anos antes da promulgação da primeira LDBEN), na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o II Congresso Nacional da Educação de Adultos e, nele, sob a influência do educador Paulo Freire, concebeu-se uma mudança de paradigma na EJA (respeitando suas especificidades). Isto resultou na criação de um Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, elaborado por Freire, que foi extinto com o golpe militar de 1964. Havia, neste plano, uma preocupação em formar esse aluno adulto para que este exercesse protagonismo na construção da vida política do Brasil (Nascimento, 2009).

Entre os anos de 1959 e 1964, surgiram diversas campanhas, programas e projetos voltados à alfabetização de jovens e adultos, embasados no pensamento de Paulo Freire, em que as questões sociais ganham considerável relevância. Entre eles: o Movimento de Educação de Base (apoiado pelo governo federal), Movimento de Cultura Popular do Recife, Centros Populares de Cultura (em Recife pela administração do prefeito Miguel Arraes), “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” (Secretaria Municipal de Natal) (Lima, Melo, 2019).

A perspectiva freiriana traz um olhar emancipador para o estudante da EJA, rejeitando os estigmas da preguiça, do atraso, da incapacidade, atrelados a esses educandos e salientando a importância desses sujeitos se entenderem como atuantes na sociedade, interagindo, modificando e contribuindo para as mudanças no seu meio (Alves *et al.*, 2020).

As contribuições de Freire, considerado o patrono da educação brasileira, para a EJA são inestimáveis. Ele mudou a concepção do processo de alfabetização no Brasil e também em outros países (principalmente América Latina e África). Sua experiência em Angicos, Rio Grande do Norte, onde logrou alfabetizar quarenta adultos em quarenta e cinco dias foi determinante para esse processo (Alves *et al.*, 2020).

O educador percebeu, nos anos 1950, que os métodos utilizados para alfabetizar adultos eram os mesmos utilizados para crianças, o que inferiorizava os educandos e era obviamente inadequado para esta fase da vida.

Na década de 1960, o Movimento da Cultura Popular (MCP) idealizado por Germano Coelho, no Recife, teve Freire como um dos membros mais atuantes. O MCP associava a luta popular à luta política e trouxe os círculos de cultura que buscavam fazer trabalhos cujos objetivos eram a conscientização das massas e a alfabetização (Alves *et al.*, 2020).

Crítico do que chamava de “educação bancária”, Freire propunha

uma educação socialmente compreendida como facilitadora do conhecimento científico, que aproximava as experiências do educando popular da ciência, de superação do senso comum, do melhor entendimento da própria história de vida e da formação da sociedade, das possibilidades de sujeitos conscientes para a transformação de sua realidade (Freire, 2018 apud Alves *et al.*, 2020, p.79).

Com o golpe militar de 1964, o movimento da Educação Popular e demais programas de alfabetização são perseguidos e reprimidos. Paulo Freire e outros educadores são presos e exilados. Como alternativa, os militares criaram programas de alfabetização de caráter conservador como a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), surgida em Recife e administrada por evangélicos norte-americanos que pretendiam ocupar os espaços deixados forçadamente pelos educadores dos movimentos populares. A ABC ganhou algum alcance nacional até ser extinta em 1968, quando é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (Lima, Melo, 2019).

O MOBRAL procurou alfabetizar sujeitos de 15 a 35 anos à margem da vida escolar, mas sem deixar de atender aos objetivos do governo militar que era formar pessoas que pudessem render em termos de produtividade do trabalho e pela idade não fossem tão resistentes às mudanças de vida. Muitos recursos foram investidos e o governo esperava com isso retorno. O programa recrutou alfabetizadores, sem muito critério, não demonstrando preocupação com a prática docente (Lima, Melo, 2019).

Enquanto a proposta de Freire era, além de alfabetizar, formar sujeitos críticos que refletissem e transformassem suas realidades, o MOBRAL serviu para estigmatizar os adultos que não sabiam ler e escrever, sem levar em conta suas especificidades e colocando-os como responsáveis pelo fracasso do país nos índices internacionais de alfabetização. O intuito maior do programa, que recebia farto

incentivo do governo, era divulgar a ideologia militar, trazendo ideias como “família tradicional” e “preservação da ordem”, convocando toda a população a participar através da rádio e da televisão com o slogan “Encaminhe mais um para o Mobral” (dos Santos, 2014).

Em 1985, o MOBRAL é substituído pela EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos) que não executou diretamente o programa e preferiu apoiar financeiramente e tecnicamente ações governamentais, civis e empresariais. Em 5 anos, o programa foi extinto e a educação de jovens e adultos ficou limitada a projetos locais de estados e municípios e a organizações não-governamentais, muitas ligadas à Igreja Católica. Essas iniciativas não tinham uma uniformidade de ensino e cada qual tinha seu método e material didático (Nascimento, 2009).

Em 1971 (4 anos após a criação do MOBRAL), uma nova LDBEN foi promulgada e o ensino supletivo é instituído com o objetivo de ofertar educação para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos em idade regular. O supletivo buscou oferecer “suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação”. Esse ensino consolidou-se na esfera estadual e durou até o fim da Ditadura (Nascimento, 2009).

Com a abertura política, trazendo avanços sociais e a promulgação da Constituição cidadã de 1988, o direito público subjetivo de oferta pública, gratuita e universal do ensino fundamental a jovens e adultos ganha garantia constitucional. Infelizmente a prática desse direito não foi assegurada pela previsão legal. Havia naquele momento um manifesto desinteresse dos governos em investir na educação de jovens e adultos (Nascimento, 2009).

Com Fernando Henrique Cardoso, no 2º governo eleito após a reabertura política, é aprovada a nova LDBEN, em 1996. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é reconhecida como modalidade de ensino, reduzindo a idade de ingresso para 15 anos (Ensino Fundamental) e 18 anos (Ensino Médio).

A nova LDBEN trouxe poucos avanços, como a necessidade de um plano de carreira para o magistério, e até alguns retrocessos para a educação brasileira. A lei 9394/96 aboliu o artigo que obrigava o governo e a sociedade a erradicarem o analfabetismo, mantendo apenas a gratuidade da oferta. Além disso, isentou o estado de investimentos na educação de jovens e adultos (Nascimento, 2009).

Em 2000, o CNE (Conselho Nacional de Educação) emitiu um parecer com diretrizes nacionais curriculares para a EJA com o nome de CNE/CEB 11/2000. Esse documento foi escrito conjuntamente com a comunidade educacional brasileira.

Este parecer foi criado com três funções:

- Reparadora: a EJA deve restaurar o direito de todos, sem discriminação, a uma educação de qualidade.
- Equalizadora: a EJA deve, através de discriminações positivas, assegurar condições necessárias para que esses jovens e adultos permaneçam e concluam sua escolarização.
- Qualificadora: é o EJA vivenciado através do sentido primordial da oferta educacional que garante o direito à atualização do conhecimento para todos durante toda a vida (Nascimento, 2009).

Outros dois importantes documentos oficiais desta primeira década dos anos 2000 foram a Emenda Constitucional nº 53/2006, que instituiu o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) e o Parecer CNE/CEB nº3/2010 que reestruturou as diretrizes operacionais para a EJA “nos aspectos sobre duração dos cursos, idade mínima para acesso, certificação nos exames e a oferta por meio da educação à distância” (Alves *et al.*, 2020, p.75).

Com o primeiro parecer, tem-se o aparato legal para a EJA ter acesso a um currículo próprio e a professores qualificados para atender esse público. No entanto, não é novidade que, no Brasil, a garantia legal nem sempre assegura os avanços necessários que, nesse caso, seriam um atendimento pedagógico adaptado às vivências e aos interesses desses jovens e adultos, garantindo o direito ao acesso e à permanência (Alves *et al.*, 2020).

Em 2005, nasce o Proeja, sob a vigência do governo do Presidente Lula da Silva, com o Decreto 5.478, e, com ele, se busca “a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional” necessários para o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2007, p.6). Neste mesmo ano, é criado o PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) também com o intuito de fomentar a educação profissional.

O PROEJA e o PROJOVEM são iniciativas que rompem com as práticas educacionais do passado e buscam ofertar uma educação integrada para jovens e adultos. Em 2023, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que 3,6 milhões de jovens (entre 18 e 29 anos) não terminaram o ensino fundamental. Isso mostra a importância e a urgência de investir na educação de jovens-adultos em nosso país. O PROJOVEM oferece cursos de qualificação profissional, capacitando os alunos para o mundo do trabalho, com inclusão digital e bolsa para os que têm 75 % de presença nas aulas. Além disso, o certificado de conclusão permite aos discentes seguir os estudos nos demais programas de EJA (BRASIL, 2024).

No e-book “Os 15 anos dos Institutos Federais”, em um capítulo específico sobre a trajetória do PROEJA, Vânia Nobile (2023) observa que o programa foi formulado como uma resposta do governo federal à demanda dos movimentos sociais por uma política de profissionalização pensada em conjunto com a educação de jovens e adultos sob a perspectiva freiriana de que

sempre confiáramos no povo. Sempre rejeitáramos fórmulas doadas. [...]. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de que só nas bases populares, e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas (Freire, 1967, p.102 *apud* Nobile, 2023, p.167).

O programa já tem quase vinte anos de existência e é importante reiterar seu impacto transformador na vida de tantos alunos que já passaram por essa experiência. Há ainda muito trabalho a se fazer quando se considera a realidade brasileira imersa “em um sistema capitalista que coloca a luta pela sobrevivência à frente da formação acadêmica, mesmo quando se fala apenas da educação básica, um direito constitucional” (Nobile, 2023, p.174).

A despeito do fato de ainda haver milhões de jovens e adultos sem educação básica, enfrentando desemprego ou subempregos que os colocam à margem das melhores oportunidades de trabalho, reacende-se a esperança quando se lê depoimentos de alunos e ex-alunos do PROEJA como é o caso de Civiero, estudante do *campus* Sapucaia do Sul do IF Sul-rio-grandense: “sigo em frente com toda força e expectativa. Achei que não conseguiria chegar aonde cheguei. Após tantos percalços, estou conseguindo atingir uma das minhas metas, que é concluir um curso técnico” (Civiero, 2018, p. 20 *apud* Nobile, 2023, p.173).

Apesar do reconhecimento legislativo assegurado pela Constituição de 1988 e pela LDBEN de 1996, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda carece de sustentação efetiva por meio de políticas públicas. É imprescindível pensar em uma formação específica e continuada para os professores que atuam nessa modalidade de ensino, bem como em políticas voltadas para os alunos, considerando suas duras jornadas de trabalho e as condições de vida marcadas pela histórica privação de direitos fundamentais básicos.

Ainda sobre a formação de professores, faz-se necessário destacar a singularidade do papel do educador, pois este precisa, como afirma Gadotti (2021, p.39), “respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou da comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o popular.”

É, portanto, pensar a educação menos em termos do que os alunos puderam assimilar de saber sistematizado e mais naquilo que os possibilita fortalecer a expressão de suas opiniões e a construção de solidariedade entre seus pares (Gadotti, 2021).

2.2 Evasão escolar: conceito e causas mais comuns

A evasão escolar consiste no abandono da escola durante o período letivo. O discente já efetuou a matrícula, assistiu algumas aulas e, em seguida, para de frequentar. Ao passo que o abandono escolar acontece quando não é feita a matrícula, rompendo, assim o vínculo jurídico entre o aluno e o estabelecimento de ensino (Reinert e Gonçalves, 2010). Seja qual for a situação, ela é de grande prejuízo para os alunos e para as instituições de ensino. Na perspectiva dos egressos, há um dano para sua autoestima, confiança, minando oportunidades de crescimento na vida profissional.

De acordo com Rumberger (1987 apud Dore, Luscher, 2011), entender as causas da evasão escolar, ciente da complexidade inerente à questão, é crucial para enfrentar a situação. Dentre as distintas teorias sobre evasão, dois pontos são frequentes no que concerne ao engajamento escolar: o engajamento acadêmico (ou de aprendizagem) e o engajamento social (relativo à convivência com colegas,

professores e demais agentes educacionais). A maneira como o aluno se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere de modo determinante sobre sua deliberação de se evadir ou de seguir os estudos.

Na perspectiva do estudante, o *background* familiar (nível educacional, renda e estrutura) é amplamente reconhecido como fator determinante para o sucesso ou o fracasso da vida escolar. Outra questão importante que contribui para a evasão é o capital social, que se refere à qualidade das interações que os pais têm com seus filhos, com outras famílias e com a escola em si (Dore, Luscher, 2011).

Em relação à escola, há vários fatores que podem ser associados à saída ou à permanência. Destacam-se entre eles, o corpo discente, os recursos e características estruturais da escola e os processos e as práticas educativas e pedagógicas adotadas por ela. Esses fatores se desdobram em outros e todos influenciam a vivência escolar. Uma outra questão que tem sido colocada reiteradamente pelas pesquisas sobre a evasão é a decisiva influência que os amigos e a comunidade escolar exercem sobre a decisão de ficar ou não (Dore, Luscher, 2011).

Na educação profissional e tecnológica, os índices da evasão escolar são alarmantes. Como afirmam de Souza e Artuso (2022), dados oficiais mostram que, entre 2017 e 2018, houve uma redução das taxas de evasão anual (23,3% para 18,6%). No entanto, o Índice de Eficiência Acadêmica (IEA) ainda é inferior a 50%. O que denuncia que menos da metade dos que ingressam nos Institutos Federais conseguem concluir os cursos no tempo previsto e infelizmente a evasão escolar acaba sendo o destino esperado da maioria dos estudantes dessa modalidade de ensino.

A evasão escolar ocorre na EPT em diversos cursos, níveis e localidades. Não obstante, o PROEJA é a modalidade cujos altos índices têm causado mais preocupação. Conforme os dados obtidos pelo Ministério da Educação, através de um relatório da plataforma Nilo Peçanha de 2019 (com dados do ano letivo de 2018), enquanto o ensino médio integrado (EMI) apresentou uma taxa de evasão de 9,7 %, com o PROEJA, ficou em 19,7 %. Se focarmos só no Rio de Janeiro, os índices passam para 6,8 % (EMI) e 15,1 % para o PROEJA (Carmo *et al*, 2020).

Algumas causas que resultam em evasão são comuns a muitas instituições de ensino. É preciso estar atento a essas questões recorrentes e àquelas próprias de cada instituição escolar, pois, como se sabe, cada uma vive suas especificidades e faz-se necessário ter uma escuta ativa a todas essas problemáticas.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Caracterização da Pesquisa

Este capítulo pretende descrever o percurso metodológico que foi usado nesse estudo, especificando escolhas, procedimentos e etapas que o estruturaram.

Foi uma pesquisa de natureza qualitativa. De acordo com Flick (2013), é uma pesquisa que não prioriza a mensuração como costuma acontecer nas ciências naturais. Nela, os participantes são escolhidos propositalmente, integrando pequenos números de casos segundo sua relevância.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Yin (2016), tem cinco características principais: estuda o significado da vida das pessoas em sua realidade, representa suas opiniões e perspectivas, mostrando suas condições contextuais, revela conceitos existentes ou emergentes que ajudam a explicar determinado comportamento social humano e não se pode deixar de dizer que a pesquisa qualitativa se esforça por usar várias fontes de evidência em vez de se basear em uma fonte única.

Quanto à finalidade, teve natureza aplicada, pois procura encontrar possíveis soluções para os problemas apresentados. Segundo Andrade (2017), as pesquisas aplicadas buscam pôr em prática o que se construiu ao longo do estudo, procurando atender às exigências da vida moderna. Em suma, tem como objetivo encontrar caminhos para lidar com a factualidade das questões discutidas.

A pesquisa foi um estudo de caso que, de acordo com Gil (2002, p.54), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” O autor também ressalta que, entre os propósitos de um estudo de caso, tem-se:

explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; preservar o caráter unitário do objeto estudado, descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação, formular hipóteses ou desenvolver teorias (Gil, 2002, p.54).

O foco da amostra foram os alunos evadidos do PROEJA do Colégio Pedro II do *Campus* Tijuca II. Foi feita uma análise exploratória dos dados da entrevista e do levantamento bibliográfico.

3.2 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no *Campus* Tijuca II do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Essa escolha se deu devido ao fácil acesso para o pesquisador, à oferta de cursos PROEJA nesse local e ao perfil diverso dos estudantes em termos de gênero, etnia, renda e faixa etária — características que contribuem para a obtenção de uma amostra representativa.

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Os participantes da pesquisa foram ex-alunos que evadiram do PROEJA (entre dez e vinte egressos) no *Campus* Tijuca II entre 2017 e 2024, com o intuito de compreender, de maneira aprofundada, os motivos de evasão.

Foram incluídos na pesquisa estudantes de ambos os sexos que evadiram dos cursos do PROEJA do *Campus* Tijuca II do Colégio Pedro II entre os anos de 2017 e 2024.

Foram excluídos da pesquisa alunos que ainda estiverem matriculados no programa ou alunos egressos anteriores a 2017 ou posteriores a 2024.

3.4 Critérios Éticos

O psicólogo do Colégio Pedro II Marcos Santanna Valero contribuiu com esta pesquisa, trazendo reflexões importantes para a elaboração das perguntas das entrevistas e na forma como estas devem ser conduzidas.

Entre os possíveis riscos envolvidos, poderia haver algum constrangimento em relação a alguma pergunta feita, ou também o risco de cansaço e/ou estresse durante o decorrer do processo.

Com o intuito de minimizar quaisquer desses riscos, o pesquisador adotou medidas para evitar aborrecimentos como uma pausa ou remarcação da entrevista quando fosse necessário. Ao participante foi assegurado o direito de pausar, interromper ou até mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

Ao longo de toda a pesquisa e após sua conclusão, houve preservação da privacidade, sigilo e anonimato das informações obtidas, assim como proteção à imagem do participante. Para que isso acontecesse, as entrevistas foram feitas individualmente, protegendo os nomes reais dos participantes.

3.5 Instrumentos da Pesquisa

Em termos de procedimentos, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que utilizou artigos científicos, teses, dissertações e outros trabalhos que versam sobre o tema da evasão escolar na educação de jovens e adultos, com foco no PROEJA. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de material já publicado, como livros, artigos científicos, jornais, revistas e teses. Esse tipo de pesquisa envolve leitura, análise e interpretação dos conteúdos.

A pesquisa fez um levantamento das dissertações de egressos do PROFEPT escritas entre os anos de 2019 e 2024, e artigos, do mesmo período, que tratam da evasão escolar nesse contexto. O princípio do período como 2019 se justifica pelo fato de ter sido este o início das primeiras dissertações defendidas no PROFEPT. Foi incluso nos resultados uma planilha com título e ano de todas as dissertações e artigos escritos, elencando os motivos da evasão escolar, incluindo, também, o Produto Educacional (no caso da dissertação) que foi elaborado em cada caso.

Ao se pesquisar a palavra “evasão” no repositório de dissertações do PROFEPT, foram encontradas 37 dissertações e apenas duas tratavam de “evasão no PROEJA”. Com a palavra “PROEJA”, uma nova dissertação. Com as palavras “educação de jovens e adultos”, vinte e sete dissertações e apenas uma dissertação que já havia sido encontrada na busca por “evasão”. Com isso, apenas três dissertações tratam do tema proposto neste período de 2019 a 2024.

Com o Google Acadêmico, na busca avançada, com as palavras “evasão escolar” e “proeja”, vieram oito resultados. Há quatro artigos e duas dissertações que estão dentro da proposta da presente pesquisa.

Ao se pesquisar, no Catálogo de Teses e Dissertações do Capes, com as mesmas palavras, encontraram-se seis resultados, um já havia sido encontrado com o Google Acadêmico, e outros dois no Observatório do PROFEPT, totalizando mais três novas dissertações. Na mesma plataforma, com os termos “evasão escolar” e “educação de jovens e adultos”, encontraram-se apenas resultados já vistos em buscas anteriores.

Através do site de Periódicos da Capes, com os termos “evasão escolar” e “proeja”, vieram oito artigos. Há quatro já encontrados em uma busca anterior e quatro estão aptos para a temática proposta.

Sendo assim, dezesseis trabalhos, dentro do período e do tema proposto, foram usados para a pesquisa: 8 dissertações e oito artigos.

A pesquisa também fez entrevistas estruturadas com egressos do PROEJA (de 2017 a 2024) do *Campus* Tijuca II. Este tipo de entrevista, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.197):

É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

Utilizou-se, conforme aparece no apêndice A, o roteiro de perguntas de uma dissertação defendida no PROFEPT em 2022 por Natielly Rocha: “A Educação de Jovens e Adultos no IFPI, *Campus* de Picos: O PROEJA como política pública de inclusão educacional” já que elas estão dentro dos critérios exigidos pelo programa. Como são muitas perguntas na entrevista original, o pesquisador precisou condensá-las e adaptá-las para elaborar onze perguntas estruturadas.

Após a autorização da Plataforma Brasil, o pesquisador teve acesso às fichas dos egressos fornecidas pelo Colégio Pedro II e entrou em contato pelos meios disponíveis: telefone e *Whatsapp*. As entrevistas foram realizadas presencialmente e por chamada de vídeo do *Whatsapp* e tiveram a duração de 10 minutos em média.

4 RESULTADOS

Para explorar os dados construídos através das dissertações e dos artigos e, posteriormente, das entrevistas estruturadas, fez-se uma análise descritiva.

O primeiro material que foi analisado foram as dissertações e artigos que falam da evasão escolar no PROEJA entre os anos de 2019 e 2024. Foram analisadas 16 produções acadêmicas (8 dissertações de mestrado e 8 artigos publicados em periódicos científicos) que abordam a evasão escolar no PROEJA em diferentes instituições da Rede Federal. Esses trabalhos, selecionados a partir dos descritores “evasão”, “evasão escolar”, “PROEJA” e “educação de jovens e adultos”, permitiram compor o quadro 1 e o quadro 2 e, em seguida, a tabela comparativa com os fatores mais recorrentes associados ao abandono dos cursos.

O quadro 1 apresenta as dissertações de mestrado com título, com o ano de publicação, com os motivos elencados para a evasão e com o produto educacional elaborado para cada pesquisa:

Quadro 1 - dissertações

Título	Ano	Motivos da evasão	P. E.
Evasão educacional no PROEJA: um estudo de caso no Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Amapá- <i>Campus</i> Laranjal do Jarí	2023	Dificuldades em conciliar trabalhos e estudos no PROEJA; a distância entre o <i>Campus</i> e a residência do educando; problemas familiares; maternidade/paternidade; insatisfação com o curso em que estão matriculados.	Uma cartilha digital para servir de material de apoio pedagógico e orientação aos educadores para atuarem no processo de ensino-aprendizagem no PROEJA.
PROEJA noturno no CEEP Régis Pacheco em Jequié/Bahia: a evasão na perspectiva discente	2022	Dificuldades em conciliar trabalho e escola; falta de apoio da família; inexistência de estrutura socioeconômica; elevado número de aulas vagas; falta de conhecimentos prévios devido à precariedade da educação primária; salas desconfortáveis e baixo número de aulas práticas.	Um documentário em que os alunos narraram suas dificuldades de vida, origens, dramas familiares, como também suas percepções sobre a escola, o corpo docente e as motivações para continuar e/ou desistir dos cursos do PROEJA.

Lugar de mulher é no PROEJA também! Um estudo sobre evasão e permanência no CP II- <i>Campus</i> Centro	2022	Cansaço pelas várias tarefas desempenhadas simultaneamente; violência urbana; falta de uma rede de apoio para o cuidado de filhos e familiares idosos; desemprego; dificuldades financeiras.	Um áudio-documentário em formato de <i>podcast</i> sobre as trajetórias das entrevistadas e que funcionou como ferramenta de troca de saberes para incentivar a construção de redes de apoio e empoderamento entre as estudantes.
A evasão escolar no PROEJA: um estudo no Colégio Pedro II- <i>Campus</i> Centro	2022	Fatores socioeconômicos: incompatibilidade de horários; falta de renda; medo da violência. Fatores intraescolares: dificuldades na aprendizagem; marginalização do PROEJA na instituição; problemas de relacionamento entre professor e aluno.	Um plano de acompanhamento dos discentes do PROEJA do CP II cujo objetivo é abordar propostas pedagógicas para fins de prevenção da evasão, tendo como público-alvo os profissionais que atuam no PROEJA nessa instituição.
Por que ficam os que ficam? Permanência e desistência de estudantes do PROEJA no IF de Sergipe- <i>Campus</i> Aracaju	2020	Dificuldades de conciliar jornada de trabalho, família e demais obrigações cotidianas com estudos; questões psicológicas como depressão, sentimento de rejeição e/ou preconceito e até discriminação por parte de alguns professores, técnicos-administrativos e de outros estudantes do <i>Campus</i> .	Filme-documentário de média-metragem com discentes e docentes envolvidos na investigação cujo objetivo é fornecer material educativo que estimule a permanência dos alunos e os dê visibilidade.
Evasão escolar: uma realidade no curso de educação de jovens e adultos integrado à educação profissional do IF de Tocantis- <i>Campus</i> Palmas	2019	De acordo com docentes: dificuldades financeiras; dificuldades nos estudos; frequência insuficiente e dificuldade de conciliar escola e trabalho. De acordo com discentes: dificuldade de conciliar escola e trabalho; problemas pessoais; defasagem na aprendizagem.	Elaboração de um projeto denominado “Observatório da vida do estudante em vias de evasão do IFTO” cujo objetivo é mapear informações da vida do estudante em vias de evasão para desenvolver ações de intervenção para viabilizar a permanência e o êxito.
Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA: um estudo de caso no Instituto Federal de Minas- <i>Campus</i> Passos	2019	Questões relacionadas ao trabalho como incompatibilidade de horários e cansaço; questões pessoais como por exemplo problemas de saúde; defasagem educacional; excesso de faltas e impossibilidade de realizar o estágio.	Esta dissertação foi defendida na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e não tem produto educacional.

Evasão escolar: análise das causas no curso técnico em administração do PROEJA no <i>Campus</i> Gama do Instituto Federal de Brasília	2019	De acordo com docentes: dificuldade de aprendizagem (60%); incompatibilidade de horários (40%) e outros motivos que não foram relatados. De acordo com discentes: dificuldade de conciliar trabalho com o horário do curso ofertado (60%); dificuldade de aprendizagem (40%).	Essa dissertação foi defendida na Escola Superior de Educação no Instituto Politécnico de Santarém em Portugal e não tem produto educacional.
---	------	---	---

Fonte: O autor

O quadro 2 traz os artigos acadêmicos, com a mesma estrutura do quadro 1, com exceção dos produtos educacionais, que não são construídos para esse tipo de estudo:

Quadro 2 - artigos

Título	Revista/Qualis/Ano	Motivos da evasão
Evasão no PROEJA técnico em edificações do Instituto Federal de Brasília- <i>Campus</i> Samambaia	Revista Paideia (A4) 2024	Problemas de saúde; familiares, pessoais e financeiros.
A temática evasão escolar no contexto do PROEJA: uma revisão integrativa	Revista Ponto de Vista (A1) 2021	A categoria que mais se destacou entre os artigos selecionados está relacionada à desistência dos alunos por conta de questões financeiras, com alunos apontando a dificuldade de conciliar trabalhos e estudos (72%). Outra categoria que se destacou (35 %) foi o corpo docente (despreparo, ausências, cobranças excessivas).
O PROEJA como modalidade articulada à educação profissional e tecnológica: uma análise sobre evasão escolar	Cadernos de Educação Básica (B1) 2023	Dificuldade de conciliar trabalho e estudo; distância a ser percorrida da residência até a escola; dificuldades financeiras; problemas nas relações familiares; a busca não por um curso técnico, mas por uma formação do ensino médio em uma instituição federal; ausência de uma formação especializada para professores que atuam no PROEJA, tornando as aulas pouco atrativas, com avaliações com alto grau de dificuldade.

O PROEJA no Colégio Pedro II: trajetórias e possibilidades para o êxito de uma educação profissional, politécnica e integral	Revista Labor (A2) 2020	Fatores extraescolares: dificuldades financeiras; problemas relativos à organização familiar, à violência, à dificuldade de locomoção, à incompatibilidade de horários de trabalho e das aulas. Fatores intraescolares: currículo pouco atrativo, carga horária extensa, sucessivas reprovações, práticas avaliativas ineficazes, ambiente escolar pouco estimulante, práticas pedagógicas ultrapassadas, excesso de disciplinas e a não-observação das especificidades dos alunos do PROEJA.
Evasão na educação de jovens e adultos e o processo ensino-aprendizagem na disciplina de matemática	Rematec (A4) 2020	Rigidez e persistência da escola em manter um currículo engessado, inviabilizando o êxito escolar; dificuldades em conciliar trabalho e estudo; questões familiares, principalmente para as mulheres; defasagem na aprendizagem.
Evasão escolar: estudo de caso no PROEJA do IFMT-Campus Pontes e Lacerda	VI Congresso Nacional de Educação 2019	Dificuldade de acompanhar as disciplinas (em especial as da área técnica); falta de incentivo por parte do corpo docente; dificuldades em conciliar trabalhos e estudos; questões familiares; gestão escolar que não atende às especificidades dos alunos.
A política pública PROEJA (informática) no Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará de Umirim: análise de influências na evasão escolar	<i>Brazilian Applied Review</i> (B3) 2019	Condições socioeconômicas e geográficas; dificuldades de deslocamento; procura por trabalho; dificuldades de dedicação aos estudos; questões referentes aos encaminhamentos didáticos e pedagógicos entre outras.
Evasão na educação de jovens e adultos: um estudo de caso no IFRJ	Revista Uniabeu (B2) 2019	Dificuldades de conciliar trabalhos e estudos; questões familiares; matriz curricular mal elaborada; defasagem na aprendizagem; horário das aulas que no caso eram de 18:10 às 22:30, trazendo dificuldade no trajeto do trabalho à escola, no retorno à casa e insegurança no entorno do <i>Campus</i> ; material didático deficiente; falta de capacitação do corpo docente para lecionar para alunos da educação de jovens e adultos.

Fonte: O autor

A análise do quadro 1 e do quadro 2 indica que a evasão no PROEJA não pode ser atribuída a uma única causa, mas resulta de um conjunto de fatores de ordem individual, social, institucional e pedagógica, que se articulam e se reforçam mutuamente, conforme mostra a tabela 01:

Tabela 1 – Fatores mais citados de evasão nas dissertações e artigos

Motivos de evasão	Dissertações	Artigos	Total	Frequência Relativa (%)
Dificuldades em conciliar trabalho e estudos	7	6	13	81
Dificuldades financeiras	5	4	9	56
Problemas familiares	4	5	9	56
Defasagem na aprendizagem	5	3	8	50
Insatisfação com o curso em que estão matriculados	2	2	4	25
Problemas de relacionamento entre alunos e professores	2	2	4	25

Fonte: o autor

O fator mais recorrente de evasão desses estudantes é a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, presente em 81% das produções analisadas. Essa predominância confirma o que diversos estudos apontam: a maioria dos estudantes do PROEJA é composta por trabalhadores, muitas vezes chefes de família, que enfrentam jornadas longas e extenuantes. O cansaço físico e mental decorrente das atividades laborais, somado ao tempo gasto em deslocamentos, torna a frequência escolar uma tarefa árdua. A evasão, nesses casos, é consequência de uma sobreposição de responsabilidades que impede o estudante de manter regularidade e engajamento.

Outro conjunto de causas fortemente presente é o das dificuldades financeiras e dos problemas familiares, ambos citados em 56% dos trabalhos. As dificuldades financeiras refletem a vulnerabilidade socioeconômica do público do PROEJA, que precisa lidar com a instabilidade no emprego, baixos salários e ausência de políticas de assistência estudantil robustas. Já os problemas familiares incluem responsabilidades domésticas, cuidado com filhos pequenos, conflitos conjugais e crises de saúde entre parentes próximos. Esses fatores, ainda que externos à escola,

impactam diretamente a permanência, pois os estudantes adultos tendem a priorizar demandas urgentes da vida privada em detrimento da continuidade dos estudos.

A defasagem na aprendizagem aparece em 50% das produções analisadas. Muitos estudantes retornam à escola após anos de afastamento, o que gera lacunas nos conteúdos básicos e insegurança. Essa defasagem contribui para sentimentos de incapacidade e desmotivação, reforçando a ideia de que não conseguem mais aprender e, como consequência, dificulta-se a chance da permanência e do êxito do aluno.

Outros fatores menos frequentes, mas não menos importantes, são a insatisfação com o curso e os problemas de relacionamento entre alunos e professores, ambos presentes em 25% das pesquisas. Esses dados apontam para a necessidade de refletir sobre a adequação entre a expectativa dos estudantes e o curso em que se matriculam, bem como sobre a qualidade das interações pedagógicas. Relações conflituosas com professores ou colegas e frustração com o conteúdo e a metodologia podem atuar como fatores adicionais de desestímulo, ainda que não sejam os principais vetores da evasão.

A literatura sugere ainda que a evasão de um único estudante não se dá, de modo geral, por um único motivo isolado. Pelo contrário, ela resulta da convergência de dimensões sociais e familiares (como renda, trabalho e responsabilidades domésticas), institucionais (como a oferta de políticas de apoio) e pedagógicas (como a defasagem acumulada e a relação com o currículo). Essa complexidade exige que a análise não se restrinja a apontar causas, mas procure entender como esses elementos interagem para fragilizar o vínculo do estudante com a escola.

Dando prosseguimento à análise descritiva dos dados, há as entrevistas estruturadas que foram realizadas com 10 estudantes evadidos do PROEJA do Colégio Pedro II. O objetivo das entrevistas foi conhecer o perfil desses estudantes e entender os motivos que os levaram à evasão.

O roteiro tinha 11 perguntas divididas em eixos: expectativas em relação ao reingresso escolar; significados e sentidos do PROEJA; evasão (motivações); resultados e, por fim, expectativas.

Foram selecionados ex-alunos do PROEJA do *Campus* Tijuca II que evadiram

entre os anos de 2017 e 2024. 6 alunos foram entrevistados presencialmente e 4 foram entrevistados via *whatsapp*, pois devido a dificuldades de deslocamento e de trabalho, não conseguiram comparecer ao dia agendado para as entrevistas.

Os alunos, que aqui serão identificados com a letra E, foram enumerados em ordem alfabética considerando seus nomes reais.

E1: Mulher, solteira, com filhos, trabalha como auxiliar administrativo. Evadiu do curso durante a pandemia pois não se adaptou ao ensino *on-line*. Não pretende retornar aos estudos.

E2: Mulher, solteira, com filhos e netos, trabalha como camareira de hotel. Evadiu por não conseguir conciliar trabalho e estudos. Pretende retornar no próximo ano.

E3: Homem, casado, com filhos, trabalha como taxista e frete. Evadiu por não conseguir conciliar trabalho e estudos, além de enfrentar dificuldades financeiras. Pretende retornar.

E4: Mulher, casada, com filhos, trabalha como costureira. Evadiu em razão da defasagem na aprendizagem e de problemas de saúde (perda gradativa da audição). Pretende retornar.

E5: Homem, casado, com filhos e netos, aposentado, eventualmente trabalha como massoterapeuta. Evadiu em razão de problemas de relacionamento com colegas de classe e de problemas de saúde (pneumonia). Não pretende retornar.

E6: Mulher, solteira, com um filho, trabalha como *designer* de sobrancelhas, maquiadora e barbeira. Evadiu em razão de questões familiares, pois não tinha com quem deixar a criança. Pretende retornar, mas depende de uma rede de apoio.

E7: Mulher, casada, com dois filhos maiores de idade, trabalha como costureira. Evadiu em razão de questões familiares, pois um dos filhos apresentou problemas psiquiátricos. Pretende retornar e acredita que este

seja um bom momento, uma vez que o filho se encontra melhor.

E8: Homem, casado, com duas filhas, atualmente desempregado. Evadiu porque, à época, não conseguiu conciliar trabalho e estudos. Pretende retornar no próximo ano letivo.

E9: Homem, casado, com dois filhos pequenos, atualmente desempregado. Evadiu porque, à época, não conseguiu conciliar trabalho e estudos. Pretende retornar.

E10: Mulher, solteira, sem filhos, trabalha como doméstica. Evadiu em razão de problemas de saúde e de outros problemas pessoais (que preferiu não especificar). Pretende retornar no próximo ano letivo.

As categorias de análise usadas para as entrevistas foram criadas *a priori*. Foram utilizadas as mesmas que surgiram na análise das dissertações e dos artigos. Apenas uma foi criada *a posteriori*: “Questões de saúde”. E assim o foi pelo fato deste motivo ter aparecido em 15,38 % das razões apresentadas para evasão.

Tabela 2 – Fatores mais citados de evasão dos estudantes do segmento educacional PROEJA

Motivos de evasão	Frequência Relativa (%)
Dificuldades em conciliar trabalho e estudos	30,77
Problemas familiares	15,38
Questões de saúde	15,38
Defasagem na aprendizagem	7,69
Dificuldades financeiras	7,69
Problemas de relacionamento entre alunos e professores	7,69
Insatisfação com o curso em que estão matriculados	7,69

Fonte: o autor

A categoria que mais se destacou foi “Dificuldades em conciliar trabalho e estudos”, mencionada com a frequência de 30,77%. Não coincidentemente, também foi a mais relatada entre os artigos e as dissertações.

A aluna E2, por exemplo, relatou que o cansaço foi um fator determinante para que ela abandonasse o curso. Ela passou a trabalhar na área hospitalar dia sim, dia não, à noite: “O dia que eu estava de folga era o dia que eu ia para o PROEJA. Só que eu já estava tão cansada”.

Depois de um plantão de 12 horas, E2 se sentia extenuada e os estudos foram obviamente prejudicados: “Eu já não estava mais prestando atenção nas aulas. Eu já não estava mais indo à biblioteca para fazer os trabalhos. Os trabalhos estavam ficando acumulados.”

Muitos desses alunos são pais, avós ou filhos que dependem do trabalho como meio de subsistência própria e de suas famílias. Por mais que demonstrem interesse e motivação em relação à escola, esta acaba ficando em segundo plano quando se estabelece o dilema entre garantir o sustento e manter os estudos.

O aluno E9, pai de duas crianças, destacou-se nas entrevistas por seu ânimo para aprender e pelo reconhecimento do que a educação pode trazer para sua vida: “eu passei a saber dos meus direitos, e saber a minha importância. Eu me sinto pertencente a um, entendeu...à sociedade, pertencente a ter acesso ao conhecimento”.

No entanto, a realidade do mundo do trabalho suplantou momentaneamente seu sonho: “de tanto eu relutar, de não querer um trabalho que me impedisse no horário de estudo, teve uma hora que eu tive que abrir mão que foi agora, no final do ano passado”.

A fala de E9, assim como a de outros entrevistados, veio com uma vontade inspiradora. São pessoas cientes de seu direito ao conhecimento. Direito, em muitos casos, negado por conta das adversidades próprias das condições sociais, raciais e de gênero.

Miguel Arroyo (2007) pontua que a educação sempre esteve vinculada à ideia de futuro; a questão que se coloca é como pensar o futuro quando o presente é marcado por tantas incertezas.

Assim como nas dissertações e nos artigos, problemas familiares aparecem como segundo fator mais citado para evasão escolar. No caso das entrevistas, a

frequência foi de 15,38%.

E6, solteira, com um filho pequeno, sentiu falta de uma rede de apoio para que pudesse continuar a estudar: “eu já não estava conseguindo mais ninguém para ficar com ele, aí eu optei em parar”.

Levantamento realizado pela *InfoJobs*¹ em 2024 revelou que 45% das mulheres não dispõem de uma rede de apoio, o que impacta diretamente sua permanência e desempenho no trabalho e nos estudos. A mesma pesquisa diz que 83% das mulheres vivenciam a dupla jornada de trabalho.

E7, costureira, tinha, como objetivo, fazer o segundo grau com administração para poder assim gerir seu próprio negócio. Seu sonho foi interrompido quando seu filho, maior de idade, teve problemas psiquiátricos, exigindo dela dedicação em tempo integral.

A família desempenha um papel inquestionável em nossa sociedade; contudo, observa-se que as exigências recaem de forma desproporcional sobre a mulher, especialmente sobre a figura materna.

A categoria “Questões de saúde”, criada *a posteriori*, apareceu em três entrevistas. A aluna E4 relatou ansiedade e perda da audição. A ansiedade, segundo ela, veio da dificuldade em acompanhar as aulas: “Os professores são bons. A única dificuldade que eu tive, vou te falar, é as matérias que são muito, para mim que não sei, puxadas mesmo.”

Para E4, o zumbido no ouvido seguido de uma perda gradativa de audição foi crucial para que ela abandonasse o curso: “Aí eu tive que parar. Não vou conseguir assistir aula desse jeito. Porque, você sabe, sala de aula tem muito barulho e as pessoas gritavam muito, e aí ficava aquele barulho na minha cabeça.”

O aluno E5 teve pneumonia e a aluna E10 teve problemas de saúde que ela preferiu não especificar.

Nesses 3 casos (E4, E5, E10), as questões de saúde não foram o único motivo citado como fator para a evasão. A fala de E4 demonstra que, além da questão da saúde, a “defasagem na aprendizagem” também foi um fator importante em sua

¹ Oito em cada 10 mulheres vivem dupla jornada de trabalho com afazeres domésticos e cuidados, diz pesquisa. **G1**, [S. l.], p. 01-02, 9 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/09/oito-em-cada-10-mulheres-vivem-dupla-jornada-de-trabalho-com-afazeres-domesticos-e-cuidados-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2025.

decisão de parar.

Esta categoria, que nas dissertações e artigos apresentou uma frequência de 50%, nas entrevistas aparece com uma frequência menor (7,69%). Mesmo com essa diferença significativa, vale destacar que é um problema recorrente na educação de jovens e adultos, uma vez que muitos desses alunos vêm de trajetórias escolares truncadas por conta de injustiças e dificuldades.

E5, além do problema de saúde, teve problema de relacionamento com outros alunos que entrou na categoria “Problemas de relacionamento entre alunos e professores” (7,69 %).

E5, assim como os demais alunos entrevistados, foram unânimes em destacar o apoio, a competência e a qualidade das aulas ministradas pelos professores. No entanto, o aluno E5 e a aluna E4 se sentiram um pouco deslocados em relação a alguns alunos.

Para E4, o estranhamento que sentiu em relação a alguns alunos não foi necessariamente um problema, mas uma constatação:

Olha, eu não tenho nenhuma queixa com os professores. Os professores do Pedro II são muito bons. E os alunos que estudam lá, você sabe, tinham alunos de todo tipo. Você sabe né? Você tem que entrar lá e tem que saber com quem você está conversando, tem que ter as palavras certas para você falar com aquela pessoa que está ali.

Para E5, todavia, a diversidade, que é uma marca nas turmas do PROEJA, não foi muito bem tolerada, sendo, inclusive, fator decisivo para ele decidir parar: “Eu me senti, assim, um peixe fora d’água. Entendeu? Aí, eu disse: não, não. Não tá mais comigo isso não.”

Para E10, o outro motivo citado foi “Questões pessoais” e a aluna preferiu não especificar.

A categoria “Dificuldades financeiras”, bastante citada nas dissertações e nos artigos, apareceu discretamente nas entrevistas com os egressos (7,69%). Os alunos do PROEJA, em sua maioria, vêm de bairros e regiões periféricas do Rio de Janeiro.

De acordo com Moura (2025), que utilizou dados do Censo Escolar 2023, em torno de 78% dos estudantes da EJA são das classes C, D, e E com renda familiar de dois a três salários-mínimos. Esta característica afeta diretamente as condições para a permanência e o êxito dos estudantes. Aqui utilizamos dados da EJA para o PROEJA com o entendimento de que ambos possuem o mesmo público-alvo (jovens e adultos)

apesar de suas especificidades e por isso faz sentido utilizar os estudos de EJA para o PROEJA para fundamentar as razões das evasões.

O aluno E3, que citou a dificuldade financeira, tem que exercer as funções de taxista e frete para conseguir compor a renda familiar. A aluna E6, mãe solteira, que citou o motivo “problemas familiares”, trabalha como *designer* de sobancelhas, maquiadora e barbeira. Nos dois casos, os alunos tiveram que acumular funções para garantir a subsistência da família.

A categoria “Insatisfação com o curso em que estão matriculados” foi pouco apontada (7,69%), assim como nas dissertações e nos artigos (apenas 25%). A aluna E1 tinha interesse no curso técnico administrativo, mas, então, veio a pandemia e infelizmente ela não se adaptou ao ensino *on-line*.

Para a maioria dos alunos entrevistados, o período de permanência no PROEJA, ainda que breve para alguns, teve impacto positivo em suas vidas.

O PROEJA é lido, por muitos desses que o frequentam, como uma segunda e às vezes derradeira chance de lutar por um trabalho que lhes dê dignidade. Em muitos casos, como para E9, a falta de um diploma foi um fator impeditivo de crescimento em sua profissão: “Eu deixei de estudar para trabalhar. Aí, quando eu tinha uma possibilidade de uma posição melhor para o trabalho, isso embarrava *[sic]* o negócio da escola, da escolaridade.”

A análise das entrevistas evidencia que a evasão no PROEJA, no Colégio Pedro II no *Campus* Tijuca II, é um fenômeno multifatorial, fortemente atravessado pelas condições objetivas e subjetivas de vida dos estudantes. As dificuldades em conciliar trabalho e estudos, os problemas familiares e as questões de saúde emergem como fatores centrais, revelando que, para esses sujeitos, a permanência na escola é constantemente tensionada pela necessidade de garantir a própria subsistência e o cuidado com a família.

Ainda assim, os relatos indicam que, mesmo quando a trajetória no PROEJA é interrompida, a experiência escolar produz impactos significativos, ampliando a percepção de direitos, o sentimento de pertencimento social e o reconhecimento do valor dos estudos.

Esses achados reforçam a compreensão do PROEJA como um espaço de resistência e de afirmação de direitos historicamente negados, ao mesmo tempo em que evidenciam a urgência de políticas públicas que considerem as desigualdades sociais, de gênero e de trabalho que incidem diretamente sobre a permanência e o

sucesso escolar desses estudantes.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O caminho da pesquisa nos mestrados profissionais se faz no sentido de que haja um vínculo entre teoria e prática. Os problemas trabalhados nascem dos questionamentos que surgem da própria prática profissional e a pesquisa foi uma oportunidade de refletir e buscar possíveis caminhos para lidar com as questões.

O produto educacional tem uma importância singular para as dissertações feitas pelos programas de pós-graduação na área de Educação Profissional e Tecnológica pois é através dele que vai se propor uma resposta ao problema discutido durante a pesquisa.

Os mestrados profissionais trazem os PEs como um meio de viabilizar a formação docente através da pesquisa e há de se pontuar que eles não são uma “fórmula mágica” que pode solucionar sempre os mesmos problemas pois cada instituição, cada sala de aula, tem suas particularidades, o que poderá levar a uma adaptação do produto a cada caso concreto (Freire *et al*, 2016).

Embora haja essa evidente relação entre a dissertação e o produto educacional, é importante destacar a natureza autônoma deste. Como afirma Mendonça *et al* (p.5, 2022), o PE:

é autônomo em relação à dissertação/tese, isto é, ele deve autoconter os elementos necessários para que o leitor o compreenda e possa replicá-lo, respeitando a natureza para o qual foi concebido. Portanto, o leitor não deve precisar conhecer a dissertação/tese para utilizar o PE ou mesmo compreendê-lo. Daí porque produto educacional é uma produção autônoma em relação à dissertação/tese.

O problema da evasão escolar, como já mencionado, é multifatorial e faz-se necessário pensar em um conjunto de práticas acessíveis a todos aqueles envolvidos no processo educacional. O público-alvo do presente estudo são os agentes que lidam de modo direto ou indireto com os discentes. As questões que os afetam estão dentro e fora da escola. Mesmo ciente das limitações, é viável pensar em ações que podem fazer a diferença, refletir sobre como melhorar a sensação de pertencimento desses estudantes em relação ao espaço escolar, como ajudar a lidar com as dificuldades na aprendizagem, como oferecer apoio emocional nas dificuldades cotidianas.

O produto educacional desta pesquisa é um documento institucional que será preenchido pelos estudantes no ato de cancelamento ou trancamento de matrícula. O intuito é investigar as razões que levaram o discente do PROEJA a romper seu vínculo com o Colégio Pedro II e, com isso, subsidiar a produção de dados institucionais, permitindo a análise das causas da evasão e a formulação de estratégias de permanência.

O instrumento (disponível em papel ou online), pode ser preenchido individualmente pelo discente, e aplicado no ato de formalização do desligamento, nos seguintes casos:

- Cancelamento de matrícula;
- Trancamento de matrícula.

Procedimentos de Aplicação

- Explicar, de forma clara, a finalidade do registro;
- Arquivar o documento conforme as normas institucionais.

Orientações Éticas

- A participação do estudante é voluntária;
- O não preenchimento não deve gerar qualquer prejuízo;
- As informações devem ser tratadas com sigilo e confidencialidade;
- Os dados devem ser utilizados exclusivamente para fins institucionais e acadêmicos;

Este produto educacional foi submetido à avaliação de agentes educacionais que trabalham no PROEJA do Colégio Pedro II através de um formulário online: <https://forms.gle/9KrQSzX73byvC1xQ8> (Apêndice C). A partir das respostas dos servidores, foram incluídas perguntas referentes ao tempo de afastamento do aluno da sala de aula, à conclusão prévia do ensino médio e à sua percepção sobre as possíveis mudanças em sua realidade decorrentes da conclusão do curso.

Ficha de Registro de Trancamento ou Cancelamento – PROEJA**1. Identificação**

Curso: _____

Período/Série: _____

Identidade de gênero: () Mulher () Homem () Mulher trans () Homem trans
() Não-binário () Prefiro não responder () Outro: _____

Faixa etária:

- () 18–25
() 26–35
() 36 ou mais

Renda familiar:

- () Até 1 salário mínimo
() 1 a 2 salários mínimos
() 2 a 3 salários mínimos
() Acima de 3 salários mínimos
() Prefiro não responder

Quanto tempo ficou sem estudar antes de ingressar no PROEJA?

- () Menos de 1 ano
() Entre 1 e 5 anos
() Entre 6 e 10 anos
() Entre 11 e 20 anos
() Mais de 20 anos

Qual era sua escolaridade antes de ingressar no PROEJA?

- () Ensino Fundamental incompleto
() Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio incompleto
() Ensino Médio completo
() Outro: _____

2. Situação de trabalho:

- ☐ Empregado com carteira assinada
 - ☐ Empregado sem carteira assinada
 - ☐ Trabalhador autônomo / informal
 - ☐ Desempregado
 - ☐ Aposentado
 - ☐ Outro: _____
-

3. Motivo principal do desligamento (marcar apenas um)**Fatores Extraescolares**

- ☐ Problemas familiares
- ☐ Problemas de saúde
- ☐ Dificuldade em estudar e trabalhar ao mesmo tempo
- ☐ Dificuldades financeiras
- ☐ Outros

Fatores Intraescolares

- ☐ Dificuldade para acompanhar as aulas
 - ☐ Problemas de relacionamento com professores e/ou colegas
 - ☐ Insatisfação com o curso
 - ☐ Outros
-

4. Motivos secundários (se houver)

- ☐ Problemas familiares
 - ☐ Problemas de saúde
 - ☐ Dificuldade em estudar e trabalhar ao mesmo tempo
 - ☐ Dificuldades financeiras
 - ☐ Dificuldade para acompanhar as aulas
 - ☐ Problemas de relacionamento com professores e/ou colegas
 - ☐ Insatisfação com o curso
 - ☐ Outros
-

5. Relato do estudante (opcional)

6. Houve tentativa de permanência (a escola tentou fazer algo para evitar que o aluno saísse)?

() Sim

() Não

Se sim, qual?

7. Você acredita que concluir o PROEJA poderia melhorar sua vida pessoal, profissional ou financeira?

() Sim, muito

() Sim, um pouco

() Não faria diferença

() Não sei responder

8. Pretende retornar?

() Sim

() Não

8. Responsável pelo registro

Nome/Função: _____

Data: _____

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo geral contribuir para o mapeamento das causas de evasão escolar dos estudantes do PROEJA do Colégio Pedro II, *Campus Tijuca II*. Para isso, foram desenvolvidas três ações articuladas: o levantamento de produções acadêmicas sobre a evasão no PROEJA, publicadas entre 2019 e 2024; a realização de entrevistas estruturadas com dez egressos que interromperam seus estudos entre 2017 e 2024; e a elaboração de um documento destinado à produção de dados institucionais sobre esse fenômeno.

O levantamento bibliográfico, composto por oito dissertações e oito artigos científicos, evidenciou que a evasão no PROEJA não pode ser explicada por uma causa isolada. Entre os fatores mais recorrentes nas produções analisadas, destacaram-se a dificuldade de conciliar trabalho e estudos, as dificuldades financeiras, os problemas familiares e a defasagem na aprendizagem. Esses resultados demonstram que a permanência dos estudantes está relacionada à interação entre condições sociais, econômicas, familiares, institucionais e pedagógicas.

As entrevistas realizadas com os egressos corroboraram com a natureza multifatorial da evasão. A dificuldade de conciliar as atividades profissionais com os estudos e os problemas familiares foram os fatores mais recorrentes, aproximando-se dos resultados encontrados na literatura. Além desses elementos, as questões de saúde assumiram importância entre os participantes da pesquisa. Os depoimentos revelaram que a interrupção da trajetória escolar não decorreu, de maneira predominante, da falta de interesse pelos estudos, mas da sobreposição de responsabilidades profissionais, familiares e pessoais que limitaram as condições concretas de permanência na instituição.

Os relatos também demonstraram que, mesmo quando a trajetória escolar foi interrompida, a experiência no PROEJA produziu efeitos positivos na vida dos estudantes. Foram identificados o reconhecimento da importância da escolarização, a ampliação da percepção de direitos e o fortalecimento do sentimento de pertencimento social. Dessa forma, os resultados reafirmam o PROEJA como uma política educacional relevante para sujeitos que tiveram seu direito à educação historicamente negado, embora sua oferta ainda seja atravessada por desigualdades

relacionadas ao trabalho, à renda, ao gênero, às responsabilidades de cuidado e às condições de saúde.

Em relação às hipóteses inicialmente apresentadas, os resultados não sustentaram a ideia de que a evasão estaria associada principalmente a um reduzido sentimento de pertencimento à instituição. Ao contrário, os participantes, de modo geral, atribuíram significados positivos à experiência vivenciada no Colégio Pedro II. A defasagem na aprendizagem foi identificada como um fator relevante, embora tenha aparecido com menor frequência nas entrevistas do que nas produções acadêmicas analisadas. Já a necessidade de ações articuladas de acolhimento, acompanhamento pedagógico e apoio aos estudantes mostrou-se pertinente diante da diversidade de dificuldades relatadas, ainda que a efetividade dessas intervenções não tenha sido diretamente investigada nesta pesquisa. A hipótese referente à criação de um instrumento institucional concretizou-se por meio do produto educacional elaborado.

O produto educacional, denominado Ficha de Registro de Trancamento ou Cancelamento – PROEJA, foi construído a partir das categorias identificadas no levantamento bibliográfico e nas entrevistas. O documento contempla fatores extraescolares e intraescolares, permitindo ao estudante indicar o motivo principal e eventuais motivos secundários de seu desligamento, registrar seu relato, informar se houve tentativa institucional de permanência e manifestar sua intenção de retornar aos estudos. Seu preenchimento poderá contribuir para a produção sistemática de dados institucionais e, conseqüentemente, para a formulação de estratégias de acompanhamento, acolhimento e permanência mais adequadas às necessidades dos estudantes.

A principal contribuição desta pesquisa consiste, portanto, em evidenciar que o enfrentamento da evasão não deve se limitar à responsabilização individual do estudante. Embora parte dos motivos se manifeste fora do espaço escolar, cabe às instituições reconhecer as condições concretas de vida do público da EJA e desenvolver ações que favoreçam sua permanência. A identificação sistemática dos motivos de desligamento pode auxiliar a instituição a perceber recorrências, avaliar suas práticas e articular medidas pedagógicas, administrativas e de assistência estudantil.

Como limitações do estudo, destacam-se o número reduzido de participantes e a realização da pesquisa em um único *Campus*. Por se tratar de um estudo de caso de natureza qualitativa, os resultados não pretendem representar a totalidade dos

estudantes do PROEJA do Colégio Pedro II nem ser generalizados para outras instituições. Ainda assim, os depoimentos oferecem elementos relevantes para a compreensão das trajetórias investigadas e podem contribuir para novas reflexões e pesquisas sobre evasão e permanência na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional.

Para estudos futuros, recomenda-se ampliar o número de participantes e de *Campi* investigados, aprofundar a análise das narrativas dos egressos e acompanhar a aplicação do produto educacional ao longo do tempo. A utilização sistemática da ficha poderá permitir a constituição de uma base institucional de dados e a avaliação das ações desenvolvidas para prevenir a evasão. Também se mostra relevante investigar as experiências dos estudantes que permanecem e concluem o PROEJA, buscando compreender quais fatores institucionais, pedagógicos, familiares e pessoais favorecem a permanência e o êxito escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Érica Valéria *et al.* **A perspectiva cidadã da Educação de Jovens e Adultos e os pressupostos freirianos.** In: PAULO Freire em diálogo com a educação de jovens e adultos. [S. l.: s. n.], 2020. cap. 4. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33054/3/paulo_freire_em_di%C3%A1logo_com_a%20educa%C3%A7%C3%A3o_de_jovens_e_adultos_repositorio.pdf. Acesso em: 19 dez. 2024.

AMORIM, Elizabeth. **Lugar de mulher é no PROEJA também! Um estudo sobre evasão e permanência no CP II-Campus Centro.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Colégio Pedro II, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://petrus.cp2.g12.br/server/api/core/bitstreams/95aee6c7-c9ca-4396-98b5-6cdcc6df85dd/content>. Acesso em: 24 abr. 2026.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite.** [s.l.] Editora Vozes Limitada, 2017.

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?1. **REVEJ@-Revista de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 1, p. 1-108, 1 ago. 2007.

BARRETO, Marcelo Menna. **Brasileiros serão surpreendidos com políticas ousadas na educação**. [S. l.], 1 dez. 2022. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/12/pacheco-brasileiros-serao-surpreendidos-com-politicas-ousadas-na-educacao/?utm_source=Lista+EC+1+dez.+eliezer&utm_medium=Lista+EC+1+dez.+eliezer&utm_campaign=Lista+EC+1+dez.+eliezer&utm_id=Lista+EC+1+dez.+eliezer&utm_term=Lista+EC+1+dez.+eliezer&utm_content=eliezer. Acesso em: 22 dez. 2024.

BASILIO, Ana Luiza. **Future-se: entenda os principais pontos do programa do MEC**. [S. l.], 18 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/future-se-entenda-os-principais-pontos-do-programa-do-mec/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BOLZANI, Isabela. Oito em cada 10 mulheres vivem dupla jornada de trabalho com afazeres domésticos e cuidados, diz pesquisa. **G1**, [S. l.], p. 01-02, 9 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/09/oito-em-cada-10-mulheres-vivem-dupla-jornada-de-trabalho-com-afazeres-domesticos-e-cuidados-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. [S. l.], 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa de integração da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja). **Documento base**. Brasília, ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. **PROJOVEM**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/projovem>. Acesso em: 1 dez. 2024.

BRITO, Leonardo. O PROEJA no Colégio Pedro II: trajetória e possibilidades para o êxito de uma educação profissional politécnica e integral. **Revista Labor**, [s. l.], 15 set. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55254>. Acesso em: 25 abr. 2026.

CAPRINI, Samuel de Carvalho; PEREIRA, Mônica Luciana da Silva; LIRA, Lucas Fernandes de Lima; CASTRO, Márcio Tavares de. A EVASÃO NO PROEJA TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS SAMAMBAIA: um estudo de caso para compreensão do fenômeno. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 6, n. 3, p.

519–531, 2024. DOI: 10.36732/riep.v6i3.559. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/559>. Acesso em: 25 abr. 2026.

CARMO, Ana Carolina; DE AMORIM, Elizabeth; DOS REMÉDIOS, Sâmia. O PROEJA COMO MODALIDADE ARTICULADA À EPT: UMA ANÁLISE SOBRE EVASÃO ESCOLAR. **Cadernos de educação básica**, [s. l.], v. 5, ed. 2, 16 nov. 2024. DOI <https://doi.org/10.33025/ceb.v5i2.2785>. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/cadernos/article/view/2785>. Acesso em: 16 nov. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Bolsa para estudantes do Proeja será de R\$ 250 a partir do ano letivo 2023. **Colégio Pedro II – Notícias Destaque**, 04 abr. 2023. Disponível em: <[https://www.cp2.g12.br/noticias_destaque/12306-bolsa-para-estudantes-do-proeja-ser%C3%A1-de-r\\$-250-a-partir-do-ano-letivo-2023.html](https://www.cp2.g12.br/noticias_destaque/12306-bolsa-para-estudantes-do-proeja-ser%C3%A1-de-r$-250-a-partir-do-ano-letivo-2023.html)>. Acesso em: 13 jan. 2026b.

CORDÃO, Francisco Aparecido; DE MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. [S. l.]: Senac, 2017.

CORDEIRO, Welton. **Evasão Educacional no PROEJA: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – campus Laranjal do Jarí**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifap.edu.br/server/api/core/bitstreams/b2413060-dee5-4173-912e-9f2049d16bc3/content>. Acesso em: 23 abr. 2026.

COSTA CAMPOS, Elizete; ASSIS PIRES, Luciene Lima de. Evasão na educação de jovens e adultos e o processo ensino-aprendizagem na disciplina de matemática. **REMATEC**, Belém, v. 15, p. 01–15, 2020. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2020.n0.p01-15.id215. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/120>. Acesso em: 25 abr. 2026.

DE CASTRO, Cloves; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e aprendizado**, [s. l.], 3 jun. 2023. DOI <https://doi.org/10.21166/metapre.v6i.3983>. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 20 out. 2024.

DE OLIVEIRA, Elisangela dos Santos; FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **O currículo integrado na educação de jovens e adultos: teorias e concepções**. [S. l.]: Editora Milfontes, 2020. 74 p. *E-book*.

DE OLIVEIRA, Paula *et al.* A temática evasão escolar no contexto do PROEJA: uma revisão integrativa. **Revista Ponto de Vista**, [s. l.], 1 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.47328/rpv.v10i1.11880>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352235817_A_tematica_evasao_escolar_no_o_contexto_do_PROEJA_uma_revisao_integrativa. Acesso em: 25 abr. 2026.

DE OLIVEIRA, Rogério *et al.* Evasão na Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo de Caso no IFRJ. **Revista Uniabeu**, [s. l.], v. 12, n. 1, 2 abr. 2019. PDF.

DE SOUZA, Luciana. **Evasão Escolar: Análise das Causas da Evasão Escolar no Curso Técnico em Administração do PROEJA, no Campus Gama do Instituto Federal de Brasília**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Politécnico de Santarém, [S. l.], 2019. Disponível em: file:///C:/Users/estac/Downloads/content.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z. (2011). **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789.

DOS SANTOS, Juliane. **Por que Ficam Os Que Ficam? Permanência e desistência de estudantes do PROEJA do Instituto Federal de Sergipe Campus Aracaju**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Sergipe, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/1874/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Juliane%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2026.

DOS SANTOS, Leide Rodrigues. Mobral: A Representação Ideológica do Regime Militar nas Entrelinhas da Alfabetização de Adultos. **Revista Crítica Histórica**, [s. l.], 12 jan. 2014. DOI <https://doi.org/10.28998/rchv15n10.2014.0016>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2961>. Acesso em: 27 out. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa – 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FONSECA, Bruna Garcia et al. **Evasão escolar: estudo de caso no proeja do ifmt - Campus Pontes e Lacerda**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60454>>. Acesso em: 25/04/2026 09:29

FREIRE, Gabriel Gonçalves *et al.* O Mestrado Profissional em Ensino e os Produtos Educacionais: A Pesquisa na Formação Docente. **Revista Porto das Letras**, [S. l.], p. 100-115, 22 dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/2658/9381>. Acesso em: 25 dez. 2024.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2021. ISBN: 978-65-5555-143-3.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Gabriela. **Evasão Escolar nos Cursos Técnicos do PROEJA: um Estudo de Caso no IFSuldeMinas– Campus Passos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Estadual Paulista, [S. l.], 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b8dd8663-111c-4221-bbc5-e7582ea0f70d/content>. Acesso em: 24 abr. 2026.

JUNIOR, A. B. de A.; ALBUQUERQUE, E. B. de; PINTO, E. P.; VIANA, R. B.; ROCHA, N. G.; CAMPOS, N. M. E. S.; SOUSA, A. N. de; RIBEIRO, J. C. S.; BENVENUTO, N. R. A.; ALVES, M. F. A política pública proeja (informática) no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará (IFCE) de UMIRIM: análise de influências na evasão escolar / Public policy projects (computer) in the federal institute of Ceará education, science and technology (IFCE) of umirim: analysis of influences in school evasion. **Brazilian Applied Science Review**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 2323–2331, 2019. DOI: 10.34115/basrv3n6-003. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/4311>. Acesso em: 25 apr. 2026.

LIMA, Maria Consuelo Alves; MELO, Rayane de Jesus Santos. Um olhar sobre a trajetória histórica e as características da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Ensino em Revista**, Universidade Federal de Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 572-589, 30 jun. 2019. DOI <https://doi.org/10.14393/ER-v26n2a2019-13>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/49347>. Acesso em: 20 out. 2024.

LOPES, B. E. M. GRUPO FOCAL NA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2015. DOI: 10.14393/REPOD-v3n2a2014-30290. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/30290>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. [S. l.]: Atlas, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7710716/mod_resource/content/1/Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%C3%ADfica.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

MENDONÇA, Andréa Pereira *et al.* O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. **Educitec**, [s. l.], 28 nov. 2022. DOI <https://doi.org/10.31417/educitec.v8.2114>. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2114>. Acesso em: 25 dez. 2024.

MOURA, José Reinaldo Mendonça. **Recomeçar para vencer Transformando Vidas através da Educação de Jovens e Adultos**: Um Guia Completo para Educadores, Gestores e Estudantes da EJA. 1a. ed. São Paulo: Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2025. *E-book*.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1999.

NASCIMENTO, Martha de Cássia. **Práticas administrativas e pedagógicas desenvolvidas na implementação do Proeja na Eafajt: Discurso e realidade**.

2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

NOBILE, Vânia do Carmo. A Trajetória do PROEJA nos Institutos Federais: entre Avanços Possíveis e Resistências Necessárias. *In: PACHECO, Eliezer; FIORUCCI, Rodolfo. 15 anos dos Institutos Federais: História, Política e Desafios. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/view/134/55/594>. Acesso em: 24 dez. 2024.*

OLIVEIRA, P.L. e CARMO, N.C. 2021. **A temática evasão escolar no contexto do PROEJA: uma revisão integrativa.** *Revista Ponto de Vista*. 10, 1 (abr. 2021), 01–21. DOI: <https://doi.org/10.47328/rpv.v10i1.11880>.

PARENTE, Rayce. **Evasão Escolar: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - Campus Palmas.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Goiano, [S. l.], 2019. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/848/1/Dissertacao_Rayce%20Cristina%20Monteiro%20Parente.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

PAZ, Wálmaro. **O corte de verbas vai sucatear o ensino público para facilitar a privatização.** Porto Alegre (RS): BrasildeFato, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2019/08/22/o-corte-de-verbas-vai-sucatear-o-ensino-publico-para-facilitar-a-privatizacao>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PEREIRA, Harrison Novaes S. **Proeja Noturno no CEEP Régis Pacheco em Jequié/BA: a Evasão na Perspectiva Discente.** *Campus Catu*. 2022. Dissertação (Mestrado) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept) 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REINERT, J. N. & GONÇALVES, W. J. **Evasão Escolar: Percepção Curricular como Elemento Motivador no Ensino para os Cursos de Administração - Estudo de Caso.** X Coloquio Internacional Sobre Gestión Universitaria en América del Sur. Mar del Plata, 2010.

REMEDIOS, Sâmia. **A Evasão Escolar no PROEJA: Um Estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Colégio Pedro II, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://petrus.cp2.g12.br/server/api/core/bitstreams/9d361ff7-87f7-4de5-b97d-ea0ed89472b2/content>. Acesso em: 24 abr. 2026.

SALOMÃO, De Souza; ALLYSON, Artuso. ABANDONO, EVASÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DE 2015 A 2019. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 6, ed. 1, 27 Maio 2022. DOI DOI:10.36524/profept.v6i1.950. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/950/916>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, [s. l.], v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SILVEIRA, Renê Trentin. GRAMSCI, EDUCADOR DAS CAMADAS POPULARES. **Educação em Revista**, [s. l.], 27 out. 2021. DOI <https://orcid.org/0000-0003-4898-6588>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354884690_GRAMSCI_EDUCADOR_DAS_CAMADAS_POPULARES. Acesso em: 20 out. 2024.

TRIVIÑOS. A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN. R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTES EVADIDOS(AS)

EIXOS	PERGUNTAS
Expectativas com relação ao reingresso escolar	1– O que levou você a tentar uma vaga no PROEJA? 2– Você é casado(a)? Tem filhos(as)? 3— Como sua família lidava com o fato de você ter voltado a estudar?
Significados e sentidos do PROEJA	4- Você considera que foi importante ter estudado no PROEJA? 5-Como se sentiu enquanto estudava lá?

Evasão (motivações)	Fatores gerais	6- Qual(is) foi(ram) o(s) principal(is) motivo(s) que fez/fizeram com que você não permanecesse no curso até o final?
	Fatores institucionais.	7- O que você achava do colégio, de sua estrutura (biblioteca, sala de aula, laboratórios, quadra de esporte, refeitório, banheiros), dos serviços oferecidos e dos profissionais?
	Fatores didático-pedagógicos referentes à sala de aula.	8-O que você achou das aulas? E a relação entre alunos e professores?
Resultados	9- Qual é a sua ocupação atualmente? 10- Alguma coisa mudou na sua vida (pessoal ou profissional) pelo fato de ter participado do PROEJA por um tempo?	
Expectativas	11-Você pretende voltar a estudar?	

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada “Investigando a evasão de alunos do Proeja do Colégio Pedro II: uma perspectiva discente.”, realizada no âmbito do Programa de pós-graduação em educação profissional e tecnológica e que diz respeito a um trabalho de conclusão de dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: O objetivo do estudo é entender os motivos da evasão escolar de alunos do PROEJA do Colégio Pedro II no *Campus* Tijuca II.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em uma entrevista individual de onze perguntas e os registros serão feitos através de uma gravação de áudio.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, o participante pode apresentar algum constrangimento em relação a alguma pergunta feita, ou também o risco de cansaço e/ou estresse durante o decorrer do processo. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a possibilidade de fazer uma pausa ou remarcar a entrevista se for preciso. Ao participante é assegurado o direito de pausar, interromper ou até mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalidade ou prejuízo. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: identificação dos motivos reais que levaram esses alunos a abandonarem seus estudos e com isso promover o debate para que haja uma melhoria nas políticas públicas e, com isso, um fortalecimento da inclusão social.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa, você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: o pesquisador terá acesso às fichas dos egressos fornecidas pelo Colégio Pedro II e entrará em contato pelos meios disponíveis, preferencialmente por telefone ou por e-mail. As entrevistas serão realizadas presencialmente e terão duração média de vinte a vinte e cinco minutos. Caso não se atinja o número mínimo de participantes no *Campus* Tijuca II, poderão ser incluídos alunos do *Campus* Realengo II na pesquisa. Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o(a) pesquisador(a). Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo(a) pesquisador(a). O(a) pesquisador(a) garante a você livre acesso a todas as

informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso ao(a) pesquisador(a) Rafael Moraes Nogueira pelo telefone (021) 997725582. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CP II), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: ____/____/____
-------------------------------	----------------------

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: ____/____/____
---------------------------------	----------------------

APÊNDICE C– FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL Este formulário tem como objetivo avaliar a percepção dos servidores do PROEJA sobre a Ficha de Registro de Trancamento e Cancelamento (FRTC), disponível online e em papel, produto educacional desenvolvido na pesquisa "Investigando a evasão de alunos do Colégio Pedro II: uma perspectiva discente".
* Indica uma pergunta obrigatória
NOME * Sua resposta
CARGO/FUNÇÃO * Sua resposta
HÁ QUANTO TEMPO ATUA NO PROEJA? * ☐ MENOS DE 1 ANO ☐ ENTRE 1 E 3 ANOS ☐ ENTRE 4 E 6 ANOS ☐ MAIS DE 6 ANOS
VOCÊ CONSIDERA A PROPOSTA DA FRTC RELEVANTE PARA O ACOMPANHAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NO PROEJA? * ☐ SIM ☐ PARCIALMENTE ☐ NÃO
A FICHA APRESENTA LINGUAGEM CLARA E ACESSÍVEL, CONSIDERANDO SEU PÚBLICO-ALVO? * ☐ SIM ☐ PARCIALMENTE ☐ NÃO
AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS NA FICHA SÃO PERTINENTES PARA IDENTIFICAR POSSÍVEIS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NO PROEJA? * ☐ SIM ☐ PARCIALMENTE ☐ NÃO
VOCÊ ACREDITA QUE A UTILIZAÇÃO DA FRTC PODE AUXILIAR A INSTITUIÇÃO NA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL? * ☐ SIM ☐ PARCIALMENTE ☐ NÃO
A FICHA É VIÁVEL PARA SER INSERIDA NA ROTINA ADMINISTRATIVA DO PROEJA? * ☐ SIM ☐ PARCIALMENTE ☐ NÃO
QUAIS ASPECTOS DESTA FICHA VOCÊ CONSIDERA MAIS RELEVANTES? * Sua resposta
VOCÊ TERIA ALGUMA SUGESTÃO DE MELHORIA PARA ESTE PRODUTO EDUCACIONAL? Sua resposta
Enviar Limpar formulário